

Orientação

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não podia ter sido realizada sem o apoio e ajuda da minha família, principalmente dos meus pais. O apoio deles foi instrumental em todo o processo desta dissertação.

Quero agradecer ao Solar dos Condes de Resende, principalmente ao Doutor Gonçalves Guimarães e à Doutora Susana Guimarães., por terem permitido e ajudado no estudo da coleção Marciano Azuaga.

Por fim, quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Sérgio Coelho pela orientação, ajuda, compreensão e conselhos.

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural, debruça-se sobre o estudo comparativo das coleções de armas de fogo Marciano Azuaga e da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio.

Ao longo do trabalho fazemos uma abordagem histórica e técnica de Portugal e das suas armas de fogo, para demonstrar a influência que teve sobre as coleções. Também fazemos uma abordagem ao colecionismo e à história da legislação de armas de fogo em Portugal.

Aproveitando dois trabalhos realizados sobre as coleções, fazemos uma apresentação das coleções e fazemos uma comparação de ambas e dos respetivos colecionadores.

Palavras-chaves: Coleção, Armas de Fogo, Marciano Azuaga, Marta Ortigão Sampaio

ABSTRACT

This dissertation in Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural, is a comparative study about the firearms collection Marciano Azuaga and Casa Museu Marta Ortigão Sampaio.

Throughout the work we do a history and technical approach about Portugal and their firearms, to show the influence that had on the collections. We also do an approach on collecting and history of firearms legislation in Portugal.

Taking the advantage of the two work about the collections we do an presentation of the collection and comparison of both and their collectors.

Keywords: Collection, Firearms, Marciano Azuaga, Marta Ortigão Sampaio

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	2
ABSTRACT	3
Índice de Figuras	6
Introdução	11
Capítulo I - Contextualização Histórica e técnica	14
1.1. Da Fecharia de Mecha ao sistema de pederneira	14
1.2. Do sistema de Pederneira ao Fecho de Percussão	28
1.3. Do Fecho de percussão ao sistema de retrocarga	31
1.4. Breve história da evolução da munição	39
1.4.1. Da Arma de Fogo às Munições	40
1.5. Coleções	42
1.6. Breve abordagem à legislação das armas de fogo em Portugal	46
Capítulo 2 – As coleções de Armas: Estudo e análise	52
2. Os colecionadores	52
2.1. Armas de fogo da coleção Marciano Azuaga	54
2.1.1. Bacamartes	55
2.1.2. Carabinas	60
2.1.3. Clavinas	62
2.1.4. Espingardas	66
2.1.5. Outros	68

2.1.6. Pistolas	71
2.1.7. Revólveres	81
2.1.8. Munições	83
2.1.9. Boca-de-fogo	97
2.1.10. Acessórios	100
3. Coleção de Armas da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio	106
3.1.1. Acessórios	106
3.1.2. Bacamartes	108
3.1.3. Espingardas	108
3.1.4. Outros	111
3.1.5. Pistolas	112
3.1.6. Revólveres	114
3.2. Análise das duas coleções	116
Conclusões	118
Glossário	123
Bibliografia	131
Bibliografia Geral	133
Webgrafia	134

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Fecho de Snaphaunce	14
Figura 2	13 de Março de 1703 - WO 55-343 fl. 206/207	19
Figura 3	Fecho de Pederneira	23
Figura 4	Sistema de Percussão	28
Figura 5	SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira (1670-1800). Fotografia de Susana Guimarães	55
Figura 6	SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira. (finais do século XVII-Inícios do século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	56
Figura 7	SCR- CMA - Bacamarte com fecho de pederneira à francesa. (1790- 1830) Fotografia de Susana Guimarães	56
Figura 8	SCR-CMA - Bacamarte com fecho de Pederneira. (finais séc. XVIII- início Séc. XIX) Fotografia de Susana Guimarães	57
Figura 9	SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira (Séc. XVIII-início Séc XIX). Fotografia de Susana Guimarães	57
Figura 10	SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira (séc. XVIII - séc. XIX). Fotografia de Susana Guimarães.	58
Figura 11	SCR-CMA - Bacamarte com fecho de percussão convertido. Fotografia de Susana Guimarães	58
Figura 12	SCR-CMA Bacamarte com fecho de percussão convertido. Fotografia de Susana Guimarães	59
Figura 13	SCR-CMA - Bacamarte de percussão convertido. Fotografia de Susana Guimarães	59
Figura 14	SCR-CMA "Smith-Jenning's Rifle" (1849-1852). Fotografia de Susana Guimarães	60
Figura 15	SCR-CMA "Enfield Short Rifle Musket, de 1869. Fotografia de Susana Guimarães.	61
Figura 16	SCR-CMA – Clavina com fecho de pederneira (séc. XVIII-XIX). Fotografia de Susana Guimarães	62
Figura 17	SCR-CMA - Clavina com fecho de pederneira. Fotografia de Susana Guimarães	63
Figura 18	SCR-CMA - Clavina com fecho de pederneira. (finais Séc XVIII- início Séc. XIX) Fotografia de Susana Guimarães	63
Figura 19	SCR-CMA - Clavina com fecho de percussão de conversão. Fotografia de Susana Guimarães	64
Figura 20	SCR-CMA - Clavina de Percussão convertida. Fotografia de Susana Guimarães	64

Figura 21 SCR-CMA- Clavina de Percussão convertida - Susana Guimarães	65
Figura 22 SCR-CMA Espingarda Lazarina. Fotografia de Susana Guimarães	66
Figura 23 SCR-CMA – SMLE "Lee-Enfield MKIII". Fotografia de Susana Guimarães	67
Figura 24 SCR-CMA - Espingarda de Madeira. Fotografia de Susana Guimarães	68
Figura 25 SCR - CMA - Espingarda de Madeira. Fotografia Susana Guimarães.	68
Figura 26 SCR-CMA - Resto de arma. Fotografia de Susana Guimarães	69
Figura 27 SCR-CMA - Arma de armeiro local. Fotografia Susana Guimarães	69
Figura 28 SCR-CMA - Guarda Mato	70
Figura 29 SCR-CMA - Pistola Militar. (finais século XVIII – inícios Século XIX) Fotografia Susana Guimarães	71
Figura 30 SCR-CMA - Pistola Militar. (Finais do século XVIII – Início Século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	72
Figura 31 SCR-CMA - Pistola Militar de Cavalaria (início século XIX). Fotografia de Susana Guimarães	72
Figura 32 SCR-CMA - Pistola de percussão de dois tiros. (Século XIX) Fotografia Susana Guimarães	73
Figura 33 SCR-CMA - Pistola de dois tiros de Percussão. (Século XIX) Fotografia Susana Guimarães	73
Figura 34 SCR-CMA - Pistola de percussão de dois tiros. (século XIX) Fotografia Susana Guimarães	74
Figura 35 SCR-CMA - Pistola de percussão (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	74
Figura 36 SCR-CMA - Pistola de Percussão. (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	75
Figura 37 SCR-CMA - Pistola "pé de pato" (finais século XVIII) Fotografia de Susana Guimarães	75
Figura 38 SCR-CMA - Pistola (finais século XVIII - Início século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	76
Figura 39 SCR-CMA - Pistola de percussão. (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	76
Figura 40 SCR-CMA - Pistola "Flobert" (Século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	77
Figura 41 SCR-CMA - Pistola de Percussão (finais século XVIII). Fotografia de Susana Guimarães	77

Figura 42 SCR - CMA - Pistola de Percussão convertida (meados Século XIX)	
Fotografia Susana Guimarães	78
Figura 43 SCR - CMA Pistola de Percussão Convertida (início do Século XIX)	
Fotografia de Susana Guimarães	78
Figura 44 SCR - CMA - Pistola de Pederneira (século XVIII) Fotografia Susana	
Guimarães	79
Figura 45 SCR - CMA - Pistola de Pederneira (século XVIII) Fotografia de	
Susana Guimarães	79
Figura 46 SCR - CMA -Pistola de Pederneira (século XVIII) Fotografia de	
Susana Guimarães	80
Figura 47 SCR - CMA - Pistola de percussão (século XIX) Fotografia de	
Susana Guimarães	80
Figura 48 SCR - CMA - Revólver de Transição. (Século XIX) Fotografia de	
Susana Guimarães	81
Figura 49 SCR - CMA - Revólver de bolso (século XIX) Fotografia de Rui	
Ferreira	82
Figura 50 SCR - CMA -Revólver (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães	
	82
Figura 51 SCR - CMA - Cartucho de Transição. (século XIX) Fotografia de	
Mário Peneda	83
Figura 52 SCR-CMA - Cartucho de Papel (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	84
Figura 53 SCR-CMA - Cartucho Metálico (Século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	85
Figura 54 SCR - CMA - Lâmina Carregadora de cinco cartuchos Fotografia de	
Mário Peneda	86
Figura 55 SCR - CMA - Cartucho agulha (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	86
Figura 56 SCR - CMA - Cartucho metálico (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	87
Figura 57 SCR - CMA - Cartuchos metálicos (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	87
Figura 58 SCR - CMA - Cartucho metálico (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	88
Figura 59 CMA - Cartuchos metálicos (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	88
Figura 60 SCR - CMA - Cartucho metálicos (século XIX) Fotografia de Mário	
Peneda	89
Figura 61 SCR - CMA - Conjunto de Cartuchos (Século XIX) Fotografia de	
Mário Peneda	90

Figura 62 SCR - CMA - Cartucho metálico (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	91
Figura 63 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	92
Figura 64 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	93
Figura 65 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	93
Figura 66 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	93
Figura 67 SCR - CMA - Projétil (Século XIX) Fotografia de Mário Peneda	94
Figura 68 SCR - CMA - Projétil (Século XIX) Fotografia de Mário Peneda	94
Figura 69 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	95
Figura 70 SCR - CMA - Invólucro de cartucho (século XIX) Fotografia de Mário Peneda	96
Figura 71 SCR - CMA – Invólucros Fotografia de Mário Peneda	96
Figura 72 SCR - CMA - Boca-de-Fogo ou peça (século XVIII-XIX) Fotografia de Susana Guimarães	97
Figura 73 SCR - CMA Pelouro de Pedra Fotografia de Mário Peneda	97
Figura 74 SCR - CMA Pelouro de Pedra Fotografia de Mário Peneda	97
Figura 75 SCR - CMA – Projéteis Fotografia de Mário Peneda	98
Figura 76 SCR - CMA – Granada Fotografia de Mário Peneda	98
Figura 77 SCR - CMA - Projétil de Percussão Fotografia de Mário Peneda	99
Figura 78 SCR - CMA - Projétil de Percussão Fotografia de Mário Peneda	99
Figura 79 SCR - CMA – Projétil Fotografia de Mário Peneda	100
Figura 80 SCR - CMA – Projétil Fotografia de Mário Peneda	100
Figura 81 SCR - CMA – Isqueiro Fotografia de Mário Peneda	100
Figura 82 SCR - CMA – Isqueiro Fotografia de Mário Peneda	101
Figura 83 SCR - CMA - Polvorinho de Chifre Fotografia de Mário Peneda	101
Figura 84 SCR - CMA - Polvorinho de Madeira Africana Fotografia de Mário Peneda	102
Figura 85 SCR - CMA - Baioneta de Mola Fotografia de Susana Guimarães	102
Figura 86 SCR - CMA – Cartucheira Fotografia de Mário Peneda	103
Figura 87 SCR - CMA - Cartucheira de Couro Fotografia de Mário Peneda	103
Figura 88 SCR - CMA - Coronha e Fecho de uma Arma Fotografia de Susana Guimarães	104
Figura 89 SCR - CMA - Pequeno Canhão fotografia de Susana Guimarães	105
Figura 90 Polvorinho de Chifre séc. XVIII fotografia de Rui Ferreira	106
Figura 91 Polvorinho de Chifre Século XVIII Fotografia de Rui Ferreira	107
Figura 92 Baioneta séc. XVIII- XIX fotografia de Rui Ferreira	107

Figura 93 Bacamarte Otomano séc. XVIII-XIX Fotografia de Rui Ferreira	108
Figura 94 Espingarda Árabe séc. XVIII-XIX Fotografia de Rui Ferreira	108
Figura 95 Espingarda de caça de dois tiros de percussão de 1809 Fotografia de Rui Ferreira	109
Figura 96 Espingarda de Caça Portuguesa 1819 Fotografia de Rui Ferreira	109
Figura 97 Moukhala Anglo-tunisina séc. XVIII-XIX Fotografia de Rui Ferreira	110
Figura 98 Moukhala Marroquina Fotografia de Rui Ferreira	110
Figura 99 Arma de gatilho encavalado Fotografia Rui Ferreira	111
Figura 100 Fecho de pedreneira norte africano (North African Toe lock) Fotografia de Rui Ferreira	111
Figura 101 Pistola de Bolso séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira	112
Figura 102 Pistola de Bolso séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira	112
Figura 103 Pistola de Coronha de Ovo pequena séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira	113
Figura 104 Revolver Adams Tranter séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira	114
Figura 105 Revolver de transição Cogswell séc XIX Fotografia de Rui Ferreira	114
Figura 106 Revolver Americano Smith and Wesson 1867 Fotografia de Rui Ferreira	115
Figura 107 Revolver de transição Cogswell séc XIX Fotografia de Rui Ferreira	115

INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultura, da Escola Superior de Educação do Porto, Instituto Politécnico do Porto.

Este trabalho é um estudo comparativo das coleções de Armas de Fogo Marciano Azuaga, depositadas no Solar dos Condes de Resende, e da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio.

Numa primeira fase consideramos juntar a coleção de armas Manuel Francisco Araújo, pertencente ao Museu Militar do Porto, mas devido à indisponibilidade do mesmo de nos garantir as melhores condições acabámos por a deixar de parte.

Era também nossa intenção abranger as armas brancas e equipamento militar presente em ambas coleções. Acabamos por optar em focalizarmo-nos nas armas de fogo, uma vez que as Armas Brancas da coleção Marciano Azuaga estavam já a ser estudadas por um especialista e a cujo estudo não conseguimos ter acesso.

Por outro lado, as Armas de Fogo de ambas as coleções são numerosas e por demais interessantes de tal forma que justificou a realização um estudo comparativo.

Esta escolha também se deveu ao facto de serem geográfica e temporalmente próximas, uma vez que ambos os colecionadores eram contemporâneos, embora de classes sociais diferentes, e queríamos perceber qual a relação entre si; o que as aproximava e o que as diferenciava.

Para concretizar metodologicamente os nossos objetivos decidimos dividir o trabalho em duas partes.

- A primeira parte é a contextualização histórica e técnica, suportando uma base de conhecimentos para se entender os objetos desta pesquisa e a segunda incide especificamente sobre o conteúdo das coleções.

No que toca à contextualização, entendemos que seria necessário explicar o desenvolvimento político, económico e militar em Portugal desde a Restauração da Independência até à implementação do Estado Novo.

Também consideramos pertinente explicar o desenvolvimento dos sistemas das armas usados pelas forças Portuguesas durante esse período, bem como uma breve explicação da evolução das munições, parte integrante destas realidades e presentes nas coleções.

Abordaremos também as diversas tipologias de conservação/coleção e faremos uma breve passagem sobre a legislação das armas de fogo em Portugal. Optamos por não ser demasiado exaustivos no tópico das coleções, uma vez que são já numerosos os trabalhos sobre o tema, justificando mais uma visão de estado da arte, tentando mostrar a ligação entre coleção e conservação de forma sistematizada.

Pensamos ser pertinente explicar a evolução da legislação até aos dias de hoje, para demonstrar a evolução das armas e como foi possível os colecionadores obterem determinadas armas que nos dias de hoje seria bastante difícil.

No estudo e análise das coleções, segunda parte desta dissertação, explicaremos quem é que colecionou, tentando evitar biografias individuais, mas não deixando de falar das vidas de ambos. Focando-nos na demonstração do que os aproxima, e do que os distancia enquanto colecionadores, pretendemos traçar um retrato destas personalidades.

Realizamos uma análise aprofundada destas coleções tendo como base dois trabalhos realizados anteriormente, começando com a coleção Marciano Azuaga e o excelente trabalho realizado há 20 anos pelo Dr. Mário Peneda, no âmbito da conclusão da sua licenciatura. Usando esse trabalho como base e ponto de partida, analisamos e investigamos para lá do já realizado, para o completar, apesar das dificuldades sentidas na obtenção de fotos atuais de todas as peças, uma vez que seria moroso, pondo em causa a conclusão deste nosso trabalho em tempo útil. Socorremo-nos assim de algumas fotos

existentes no trabalho de Mário Peneda, com a devida autorização do Solar dos Condes de Resende, para a conclusão desta dissertação.

Quanto à coleção da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio, utilizamos como baliza de pesquisa um relatório de conclusão de licenciatura na Escola Superior de Educação, neste caso o nosso, aproveitando as fotos lá existentes e efetuando a necessária pesquisa e investigação ao nível aqui exigido.

O que pretendemos nesta dissertação é estudar duas coleções, particulares na origem e agora em instituições do domínio público, de armas de várias naturezas, que são de algum desconhecimento do público em geral, ao mesmo tempo que tentamos abrir portas para mais estudos do género, levantando novas problemáticas.

Outro dos nossos objetivos na realização desta dissertação é mostrar a evolução dos objetos/património (neste caso específico, armas de fogo) ao longo do tempo; consideramos que as peças ganharam uma nova dimensão, e embora já não seja possível usar a maioria das mesmas no seu propósito original, poderemos usufruir destas de outras formas, uma vez que a dimensão do objeto colecionado não se restringe a ele mesmo, ganhando uma outra função, enquanto portador e guardião de memórias. Através dele podemos voltar o olhar para o passado coletivo e individual. A riqueza destas coleções é o facto de, através delas, conseguirmos olhar para o nosso passado coletivo ao longo dos séculos, bem como ter uma janela para a vida de quem as colecionou, o porquê, as motivações, as tendências, o seu tempo

CAPITULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TÉCNICA

1.1. DA FECHARIA DE MECHA AO SISTEMA DE PEDERNEIRA

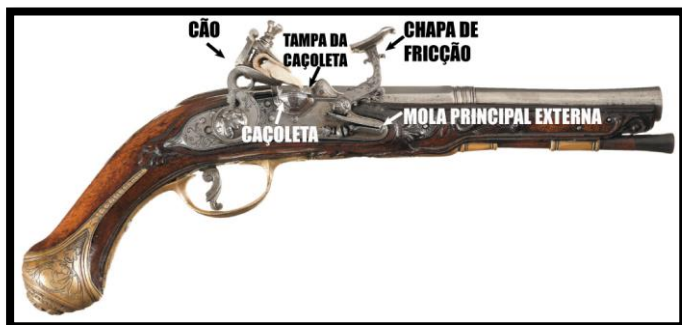


Figura 1 Fecho de Snaphaunce

A partir de 1667 Portugal teve governações longas e estáveis até às invasões francesas. Desde a restauração da 1640 até à revolução liberal de 1820, ocorreram eventos que mudaram o paradigma político, social e económico português.¹

Começando com a Restauração de 1640, que teve um preço elevado - a dependência política e militar em relação ao Reino Unido - devido à guerra contra Espanha. Sem essa aliança, Portugal não teria conseguido ganhar a guerra da Restauração. A forte influência inglesa acabaria por interferir no desenvolvimento económico e industrial português – o Tratado de Methuen. Este tratado foi um duro golpe no desenvolvimento industrial português. Pôs

¹ Marques, A. H. de Oliveira (1976): “História de Portugal: Desde os Tempos Mais Antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo”. Lisboa: Palas. P. 566

um travão nas reformas do Conde da Ericeira, bem como mudar a posição de Portugal na Guerra da Sucessão Espanhola.²

O Iluminismo e do Despotismo Esclarecido em Portugal, no reinado de D José I, levou a uma reforma jurídica – baseada na razão do Homem em relação à natureza – e cultural no país. Para esta mudança, a entrada dos “estrangeirados”, Portugueses que viviam ou tinham vivido no estrangeiro, como Verney, Ribeiro Sanches, Sarmento, foram bastante importantes para a mudança que se verificou e que durou até a revolução liberal de 1820.

A educação em Portugal estava bastante atrasada em relação aos restantes países europeus. Mais uma vez, o papel dos “estrangeirados” foi fundamental para a reforma do sistema educacional português. Vindo de países Europeus, mais desenvolvidos que Portugal, onde tinham contribuído para o desenvolvimento cultural e científico, como, por exemplo, João Jacinto Magalhães, no campo da Física, que ficou conhecido em França como “abbé Magellan”.³

A Espanha, até aos finais do século XVII, era uma das nações dominantes e avançadas da Europa. Com a perda desse estatuto, atrasando-se em relação às outras nações europeias, Portugal percebe que para se aproximar da elite europeia, precisava de se afastar de Espanha, como refere Oliveira Marques – “A partir do século XVIII, Portugal deu-se conta de que o seu lugar entre as nações civilizadas do globo e a sua individualidade como nação europeia dependiam da sua reação contra a Espanha”. **Fonte especificada inválida.** Pela primeira vez, houve um rompimento total entre Portugal e Espanha, os

² Cabral, Manuel Villaverde (1988): “Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914”. Lisboa: Presença. pp. 4-5

³ Marques, A. H. de Oliveira (1976): “História de Portugal: Desde os Tempos Mais Antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo”. Lisboa: Palas. pp. 552-553

portugueses passaram a ver a Espanha como um obstáculo e o causador de um isolamento entre Portugal e as restantes nações Europeias.⁴

Com um Portugal a querer ser mais europeu e menos ibérico, começou a odiar e a desprezar a Espanha.⁵ O espanhol deixa de ser a segunda língua do país, sendo substituído pelo Francês. A literatura e teatro espanhol passou a ser rejeitado, sendo substituído pelo teatro e literatura francesa, inglesa, italiana. Começa-se a substituir o barroco, pelos neoclassicismos, começou-se a criara academias, baseadas nas francesas e italianas.⁶

Em relação à política externa portuguesa, Portugal não interveio nas guerras europeias dos finais do século XVII, embora estabelecesse relações diplomáticas e dinásticas com as nações poderosas europeias. Apesar dos problemas ultramarinos, como a revolta de 1660 no Rio de Janeiro. Esta revolta deveu-se à implementação de uma taxa especial para pagar à guarnição presente, que tinha nove meses de salários em atraso.⁷

Salvador Correia de Sá, Governador das Colónias do Sul do Brasil, apesar do atraso dos salários, tinha aumentado a guarnição de trezentos e cinquenta homens para quinhentos, com o objetivo de proteger a colónia dos espanhóis e dos holandeses. Os holandeses atacaram e ocuparam as colónias de Luanda, São Tomé, Bahia e Rio de Janeiro, nos inícios da década de 1640, ficando com o controlo do comércio de escravos do Atlântico.⁸

Em 1647, D. João IV nomeia Salvador Correia de Sá Capitão-General e Governador de Angola, dando-lhe dois galeões reais, com seiscentos homens para contruir um forte na costa de Luanda e restabelecer as comunicações com os defensores de Muxima e de Massangano. Tal não acontece, uma vez que os

⁴ Marques, 1976: 554-555

⁵ Marques, 1976: 555

⁶ Marques, 1976: 555

⁷ Boxer, Charles Ralph (1975): "Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686". Westport, Connecticut : Greenwood Press. p. 324

⁸ Boxer, 1975: 253

Holandeses iam lançar uma frota com seis mil homens para o Brasil, obrigando a uma nova expedição portuguesa para obter controlo das colónias na terra de Vera Cruz. O Conde de Villa-Pouca parte para a Bahia, chegando na véspera de natal de 1647, enquanto Salvador parte para o Rio de Janeiro, chegando no mês de Janeiro de 1648, as frotas holandesas não tinham chegado, uma vez que ficaram retidas na Holanda devido aos ventos contrários.⁹

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Salvador recebe uma carta e reforços do Conde de Villa-Pouca com ordens para partir para Angola o mais rápido possível, uma vez que uma grande frota holandesa estava a caminho de Luanda. Estes chegaram em Abril de 1648, onde sofreram uma pesada derrota frente às tropas portuguesas lideradas por Francisco Barrete de Menezes. Esta vitória permitiu a Salvador preparar da melhor forma a expedição, recrutando mais soldados, angariar provisões e financiamento. Parte em 12 de Maio desse ano para Luanda, com alguns navios ingleses, chegando à costa de Angola em julho. No início do mês de agosto, na costa de Quicombo, sofre um maremoto, que destruiu alguns navios da esquadra. Resolve atacar diretamente Luanda e os holandeses batem em retirada a 24 de Agosto, sete anos depois da invasão holandesa de Luanda.¹⁰ Governa Angola de 1648 a 1651, onde expulsa definitivamente os Holandeses, domina as tribos locais, inclusive restabelece o domínio português sob o Reino do Congo.¹¹

Salvador, que tinha sido governador do da Capitania do Sul do Brasil por duas vezes (1637-1642 e 1648), volta a ser nomeado governador, já após a morte de D. João IV (1656), em 1659 até 1662, após a revolta no Rio de Janeiro (1660 a 1661), na qual responde com força, acabando por sair da capitania e voltar a Lisboa para o conselho Ultramarino até 1680, caindo em desgraça,

⁹ Boxer, 1975: 253-266

¹⁰ Boxer, 1975: 266-282

¹¹ Boxer, 1975: 283-290

sendo exilado por D. Afonso VI.¹² A Guerra da Restauração tinha terminado em 1668 com a assinatura do tratado de Lisboa.

Com a morte de Carlos II de Espanha, Portugal muda a política externa, ao intervir na Guerra da Sucessão de Espanha, na qual D Pedro II tinha pretensões ao trono, além de Portugal reivindicar os direitos ao Rio da Prata, e de querer melhorar a defesa do território europeu através da aquisição de várias cidades fortificadas espanholas.¹³

A Inglaterra recusa as pretensões portuguesas, como tal, Portugal alia-se à França, porém cedo se apercebe que o lado inglês domina os mares. Entretanto surge um surto de exportação de vinho do Porto para Inglaterra, dando um grande motivo para Portugal abandonar a aliança com França e se juntar à aliança Inglesa, em 1703, assinando um tratado que dava Portugal as fronteiras que se pretendia, tanto na Europa como na América do Sul.¹⁴

¹² Boxer, 1975: 324 e 382

¹³ Marques, 1976: 568

¹⁴ Marques, 1976: 567-568

O tratado também permitiu a modernização do armamento do exército português. Na Guerra da Restauração as armas de fogo eram dotadas de fecharias de mecha ou morrão e é possível que tenham havido armas de roda ou do sistema primitivo de pederneira tipo *snaphaunce*. Com a assinatura do acordo entre Portugal e a Grã-Bretanha, também abrangeu o fornecimento de mosquetes de pederneira, possivelmente *doglocks*, como é descrito num documento de 13 de março de 1703, onde refere o envio de cerca de 400 quintais de pólvora, mais a importação de 13000 armas – mosquetes, baionetas e pistolas - onde 8500 teriam que ser enviadas no imediato, sendo divididas entre

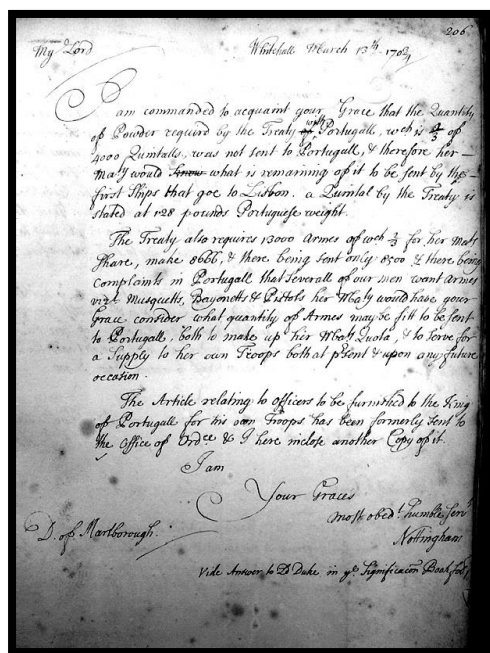


Figura 2 13 de Março de 1703 - WO 55-343 fl. 206/207

a quota devida ao Rei de Portugal e às unidades inglesas ao serviço de Portugal.¹⁵ É, também, importante fazer referência que as baionetas eram de

¹⁵ Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Notas sobre o Apoio Militar Britânico a Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em:

alvado, ou seja, de introduzir na boca do cano da arma, sem a obstruir.¹⁶ A invenção da baioneta tornou os piques obsoletos, por isso, não é de estranhar, que os ingleses substituam os piques dos regimentos ao serviço do Reino de Portugal por mosquetes, como comprova um documento de 8 de Fevereiro de 1703¹⁷ e o Aviso Régio de Maio de 1704 onde D. Pedro II determina que os terços de infantaria se armassem com bocas-de-fogo (armas de pederneira) com baioneta (de alvado) sem que haja neles picaria alguma”.¹⁸

Durante a guerra a zona da Beira e do Alentejo é devastada, embora as forças aliadas (Inglaterra, Holanda, maior parte dos territórios Alemães, Áustria e Saboia) fossem vitoriosas. Portugal avança sobre Espanha, com o marquês das Minas à frente de um exército de cerca de 30000 homens e conquista Madrid em 1706, onde o Arquiduque Carlos da Áustria é declarado Rei de Espanha. Com as batalhas em Almansa (1707) e Saragoça (1710), os portugueses são obrigados a abandonar Espanha, devido ao rompimento da coligação, de forma a impedir a união de Espanha e Áustria, em 1711, com a vitória da facção borbónica. A guerra termina oficialmente em 1713, com o tratado de paz de Utrecht, onde Portugal e Espanha devolviam as terras capturadas e Filipe V é reconhecido como rei de Espanha. Após esta guerra, D. João V resolve intervir no mediterrâneo ao combater os turcos, ajudando o

http://www.academia.edu/634065/Notas_sobre_o_Apoio_Militar_Britânico_a_Portugal_na_Guerra_da_Sucessão_de_Espanha

¹⁶ Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Breves Notas para as Industrias Militares ao Tempo de Lippe”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/2907527/Breves_Notas_para_as_Ind%C3%BAstrias_Militares_ao_Tempo_de_Lippe

¹⁷ Coelho Sérgio Veludo (s.d.). “Notas sobre o Apoio Militar Britânico a Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/634065/Notas_sobre_o_Apoio_Militar_Britânico_a_Portugal_na_Guerra_da_Sucessão_de_Espanha

¹⁸ Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Breves Notas para as Industrias Militares ao Tempo de Lippe”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/2907527/Breves_Notas_para_as_Ind%C3%BAstrias_Militares_ao_Tempo_de_Lippe

Papa e Veneza, enviando uma esquadra de alto mar que intervirá na Batalha do Cabo Matapan (1716-1717). Com este movimento estratégico o rei quis continuar a política externa de D. Pedro II e intervir mais nas matérias europeias, aproveitando a boa saúde económica Portuguesa e a força da diplomacia que havia adquirido. O custo foi a subordinação aos interesses económicos e comerciais ingleses.¹⁹

Esta dependência inglesa era evidente desde o início do século XVIII, com o tratado de Methuen, que para alguns autores é considerado um ato de colonização informal, por parte de Inglaterra sobre Portugal.²⁰**Fonte especificada inválida.** Essa dependência, que se agravou com a Guerra Fantástica (1742-1764) e com as Invasões Francesas (1807-1814), acabaria por dar origem à revolução liberal de 1820, num inusitado movimento de convergência entre liberais e conservadores com o objetivo de afastar o domínio político (mas não económico) da Coroa Inglesa, sempre personificada pela figura de William Carr Beresford, Marechal do Exército Português desde a Guerra Peninsular.

Muito antes do 24 de Agosto de 1820 e do advento formal do Liberalismo, Pombal começaria a criar as fundações para essa revolução, ao cortar, definitivamente, com os privilégios de alguma aristocracia, por vezes de forma bastante violenta como sucedeu com os Távoras. Ao mesmo tempo dava apoio à burguesia, separava o Estado da Igreja e retirava boa parte da influência da mesma nos assuntos do Estado, expulsando a Companhia de Jesus e convertendo a Inquisição para um tribunal sob controlo do Estado, a Real Mesa Censória.²¹

A influência inglesa mantinha-se em Portugal e, durante a guerra dos sete anos (1756-1763), Portugal é convidado a juntar-se à aliança dos monarcas

¹⁹ Marques, 1976: 568

²⁰ Cabral, 1988: 5

²¹ Marques, 1976: 570-572

Bourbon (França, Espanha, Nápoles e Parma), mas recusa, embora D. José fosse casado com uma Bourbon. Como parte pouco falada no contexto geral da Guerra dos Sete Anos e num movimento estratégico por parte da Espanha, Portugal é invadido pela região de Trás os Montes por uma força espanhola de cerca de 40000 homens, reforçada por um contingente francês. Portugal estava mal preparado, uma vez que as linhas de defesa existentes eram baseadas nas antigas fortalezas nas fronteiras, mal conservadas e equipadas, estando pouco guarnecidas. A este cenário juntava-se o facto de Portugal, por incúria do Estado, não dispor de uma força de campanha terrestre, devidamente preparada nem conseguir contar com segundas linhas armadas, uniformizadas, disciplinadas e com capacidade de mobilização.²²

D. José I é obrigado a recorrer à aliança com Inglaterra, acabando por contratar e nomear o Conde Wilhelm von Schaumburg-Lippe como Marechal-General do Exército Português, que desembarca em Portugal em julho de 1762, com dois batalhões de infantaria suíça, a que se juntaram cerca de seis mil e quinhentos soldados ingleses. Reorganizando as tropas portuguesas com outras forças estrangeiras, consegue conter as forças franco-espanholas, acabando por alcançar um armistício, primeiro por um tratado de paz provisório assinado em Fontainebleau em 3 de Novembro de 1762. Só em fevereiro de 1763, num tratado assinado em Paris, é que Espanha restitui as praças de Chaves e Almeida e a colónia de Sacramento no Rio de Prata.²³

O Conde de Lippe fica mais um ano em Portugal para continuar o treino e a reorganização das forças portuguesas. Cria uma série de regulamentos sobre tropas em campanha e aquartelamentos, estabelece regras de disciplina e justiça, mandou criar campos de manobra e reconstruir e alargar fortificações,

²² Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Breves Notas para as Industrias Militares ao Tempo de Lippe”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/2907527/Breves_Notas_para_as_Ind%C3%BAstrias_Militares_ao_Tempo_de_Lippe

²³ Marques, 1976: 573

como o Forte da Graça. Também altera os uniformes, para uma azul prussiano nas casacas de serviço, acabando por aumentar a exigência do Arsenal e das indústrias militares, no que ficaria conhecido como o Plano de Uniformes de 1764.²⁴



Figura 3 *Fecho de Pederneira*

Com a morte de D. José, em 1777, e a aclamação de D. Maria I, que era muito devota, e odiava Pombal e as suas políticas, esta afastou-o logo que subiu ao poder. A rainha, que reinaria até 1792, enlouquece na sequência das execuções de Luís XVI e Maria Antonieta em Paris, e D. João assume a regência. No entanto, parte da política iniciada por D. José e Pombal é mantida, com dois dos três ministros de Pombal mantendo-se no poder. A perseguição à resistência ao despotismo mantém-se, embora a um ritmo mais lento, tendo á frente do processo o Intendente Pina Manique. Na política externa D. Maria e o seu filho D. João preferiam uma diplomacia de compromisso com a Inglaterra,

²⁴ Veludo, Sérgio Coelho (s.d.). “Breves Notas para as Industrias Militares ao Tempo de Lippe”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/2907527/Breves_Notas_para_as_Ind%C3%BAstrias_Militares_ao_Tempo_de_Lippe

Espanha e França, tendo renunciado às pretensões sobre o Uruguai e cedeu as ilhas de Fernão Pó e Ano Bom, à Espanha.²⁵

A política externa falha, pela pressão sobre o país e sendo quase impossível manter qualquer tipo de neutralidade. Recentes inimigos nas Guerras Revolucionárias, a Espanha e França agora negociam uma invasão e conquista de Portugal, com os esforços portugueses a não conseguirem dissuadir a invasão e Espanha e França declaram guerra a Portugal em 1801. Portugal é derrotado, sendo obrigado a ceder Olivença, ao pagamento de uma indenização a Espanha e a fechar os portos aos navios de guerra ingleses.²⁶

Até 1807, Portugal sofre pressões de Inglaterra e de França, com Espanha a tentar recuperar a união Ibérica, ou a pura simples anexação. Em 1806, Napoleão Bonaparte decreta um bloqueio continental a Inglaterra. Portugal era dependente economicamente e militarmente de Inglaterra e como tal, demorava a dar uma resposta a Napoleão, protelando o inevitável, que envia um ultimato em 1807. O governo Português ficou numa situação precária. Se aceitasse o bloqueio, o império inglês tomaria posse do império colonial português, se não aceitasse, a França e a Espanha invadiriam a metrópole e a família real obrigada a retirar para o Brasil, num plano de contingência que evitaria a queda dos Braganças nas mãos de Napoleão.²⁷

Portugal economicamente fragilizado, não tinha uma agricultura e indústria desenvolvida na metrópole, uma vez que durante o século XVIII baseou toda a sua economia no ouro do Brasil, no comércio de tabaco e açúcar, tendo a concorrência das plantações inglesas e francesas nas Antilhas e das plantações América do Norte. Para piorar um cenário difícil as minas de ouro no Brasil tinham esgotado. Portugal aumentava o seu investimento na produção de algodão para amortizar as perdas no comércio colonial, porém não investia os

²⁵ Marques, 1976: 574

²⁶ Marques, 1976: 575

²⁷ Marques, 1976: 576-577

ganhos no melhoramento da produção agrícola e industrial da metrópole. A metrópole exportava o seu vinho, quase na totalidade, para Inglaterra, além de as companhias produtoras de vinho estarem na posse de investidores e produtores ingleses.²⁸

Por estas razões e pelo facto da *Royal Navy* controlar os mares do Atlântico Portugal não podia aceitar o bloqueio continental. A 19 de julho de 1807 Napoleão faz um ultimato ao governo Português, que o coloca numa situação perigosa a todos os níveis. Portugal se cumpre o bloqueio entra em guerra com Inglaterra, se recusa é invadido pela França e pela Espanha.²⁹ Outro problema era a modernização do exército português, que tinha sido iniciada em 1806, mas que estava a ser feita de forma lenta. Em vez de se ter os 48000 homens nas fileiras, só tinham cerca de 20000 disponíveis. Esta situação deixou poucas alternativas a Portugal e como tal, a regência tenta jogar numa ambiguidade de compromisso face às duas Potências. O ministro António Araújo de Azevedo comunica a Napoleão que Portugal está disponível para declarar guerra à Inglaterra, mas não confiscaria os bens, nem deteria os súbditos britânicos. Secretamente, o governo português informa o homólogo britânico que as hostilidades seriam apenas atos formais e pedia ajuda para a defesa de Portugal.³⁰

Napoleão decide invadir Portugal, cabe ao General Andoche Junot liderar a invasão, porém, o governo inglês já tinha enviado uma esquadra inglesa sob o

²⁸ Veludo, Sérgio Coelho (s.d.). “O Exército Português e o Apoio Britânico na Guerra Peninsular”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/593309/O_Exército_Português_e_o_apoio_Britânico_na_Guerra_Peninsular

²⁹ Veludo, Sérgio Coelho (s.d.). “Tempestade Napoleónica”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/3733376/Tempestade_Napoleónica

³⁰ Veludo, Sérgio Coelho (s.d.). “O Exército Português e o Apoio Britânico na Guerra Peninsular”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/593309/O_Exército_Português_e_o_apoio_Britânico_na_Guerra_Peninsular

comando de Sir. Sidney Smith para escoltar a família real e a corte para o Brasil, deitando por terra o objetivo de Napoleão em capturar a marinha portuguesa e a família real. Junot, apesar de ter as tropas à beira do motim devido às marchas forçadas, ao não cumprimento das promessas que as autoridades espanholas tinham feito, nomeadamente na alimentação, munições, calçado, acrescenta e a recusa em entrar em Portugal de 8 dos 20 batalhões espanhóis sob o comando do General Carafa, chega a Lisboa sem ter resistência por parte das forças portuguesas, que tinham tido ordens para não resistir.³¹

A família real retira para o Brasil, deixando uma regência de 5 secretários, que viria a ser dissolvida por Junot. Com Portugal ocupado pela França e Espanha, o exército português é dissolvido e por imposição de Junot uma parte dos efetivos seria incorporada no Grande Armée, como Legião Portuguesa, ou *Legion Portugaise*. Desde logo existe uma resistência popular que, de 1808 em diante, ajudaria os ingleses sob o comando de Sir Arthur Wellesley a derrotar os franceses. Com os franceses e espanhóis expulsos de Portugal, a antiga Regência volta a assumir o poder e começa a organizar a defesa para uma nova invasão francesa, sob o comando do novo Marechal de campo do exército português, o General William Carr Baresford.³²

É da responsabilidade de Beresford e de D. Miguel Forjaz a reconstrução do exército português, que levou à implementação dos batalhões de Caçadores, uma força das mais eficazes do seu tempo, como infantaria ligeira. As armas utilizadas eram inglesas - a infantaria de linha e milícias usavam as *Brown Bess* – *India Pattern* e *New Land Service Pattern*³³- os Caçadores também receberam carabinas *Baker*, de cano estriado, que permitiam um maior alcance e maior

³¹ Veludo, Sérgio Coelho (s.d.). “Tempestade Napoleónica”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/3733376/Tempestade_Napoleónica

³² Marques, 1976: p 578-580

³³ Haythornthwaite, Philip J. (2001): *Napoleonic Infantry: Weapons and Warfare*. London: Arms and Armour Press. p. 21

eficácia no tiro. A artilharia recebeu material inglês, consistindo em peças e obuses e carabinas inglesas, *T. Potts*, tal como a cavalaria. As pistolas recebidas pelo exército eram de uso geral, fabricadas no Arsenal do Exército e também material recebido de Inglaterra como as pistolas *Heavy e Light Dragoon*.³⁴³⁵

Quando a guerra acaba, o General inglês Beresford mantém-se no poder e a Coroa permanece no Brasil. Portugal torna-se, então, num protetorado inglês *de facto*, uma situação que duraria até 1820. Com os conflitos e a guerra a situação económica, que já era má antes de começar a guerra, mais a recusa do Governo Central regressar a Portugal, deixando a governação da metrópole a cargos dos ingleses levaram à revolução liberal de 1820.³⁶

³⁴ Veludo, Sérgio Coelho (s.d.). "O Exército Português e o Apoio Britânico na Guerra Peninsular". [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/593309/O_Exercito_Portugues_e_o_apoio_Britanico_na_Guerra_Peninsular

³⁵ Marques Pinto, Major-general Renato Fernando (Dezembro 2009). "As Indústrias Militares e AS Armas de Fogo Portáteis no Exército Português". N.º2 pp 1543

³⁶ Marques, 1976: 578-580

1.2. Do sistema de Pederneira ao Fecho de Percussão



Figura 4 Sistema de Percussão

O século XIX, após as traumáticas Guerras Peninsulares, é um período turbulento para Portugal, na sua política interna, principalmente entre 1820 e 1851, onde se vivem duas guerras civis entre as diferentes fações das classes poderosas saídas tanto do absolutismo miguelista como das divididas ideias de liberalismo, uns mais à esquerda, outros mais à direita.³⁷

A revolução liberal obtém sucesso em 1820, mas entra em conflito com os defensores do antigo regime, que alcançam o poder em 1828 restaurando à aristocracia fundiária e os seus antigos direitos absolutistas, no episódio que ficará conhecido como a Belfastada.

O liberalismo mercantil de D. Pedro IV é apoiado pela Inglaterra (mas não necessariamente pelo seu primeiro ministro conservador e conhecedor de

³⁷ Cabral, 1988: 10

Portugal, Lord Wellington, e pela França de Luís Filipe de Òrleans (o Rei Cidadão) começando uma luta entre o *bloco nacional* (Miguelistas) e o *bloco mercantil* (Liberais).³⁸ Após dois anos de luta e combates sangrentos onde pontifica o famoso Cerco do Porto de 1832 a 1833, a Guerra Civil termina em 1834, com a vitória liberal, sendo a paz assinada na Convenção de Évora Monte, na qual fica estipulado a rendição imediata e entrega das armas de D. Miguel e das suas tropas, o exílio da península ibérica de D. Miguel, exilado para Viena onde viria a falecer em 1866, uma polémica amnistia para os *Miguelistas* e a aclamação de D. Maia II como Rainha de Portugal.³⁹

Pela primeira vez, o elemento popular urbano entra na cena política e militar durante a Guerra Civil de 1832-1834 e o Setembrismo de 1836 a 1838, com a criação de inúmeros Batalhões da Guarda Nacional.⁴⁰

É com Costa Cabral, que sobe ao poder a partir de 1840, que Portugal vive o maior período de crescimento desde as invasões francesas. Cabral baseava a sua política num Estado Forte, com uma fiscalidade forte, que teve como consequências uma revolta campesina no Norte de Portugal (Maria da Fonte, 1846), que o levaria ao exílio em Madrid, e a uma nova guerra civil desde esse mesmo ano até 1847. A guerra civil, conhecida como a guerra da “patuleia”, travou-se entre duas fações do exército, uma que apoiava o governo de Cabral e a alta burguesia e outra que apoiava a burguesia média, mais liberal e agrária. Ajudada por Espanha, Inglaterra e França, a fação que apoiava Costa Cabral vence, e este regressa ao poder pouco tempo depois, só saindo do governo em 1851 após um golpe de Estado pacífico, levado a cabo pelo Marechal Saldanha, dando início ao período da Regeneração.⁴¹

³⁸ Cabral, 1988: 10-11

³⁹ Soriano, Simão José da Luz (1890): “História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal – Compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834: terceira ephocha, tomo VII”. Lisboa: Imprensa Nacional. pp. 674-680

⁴⁰ Cabral, 1988: 10-11

⁴¹ Cabral, 1988: 11-12

Com este novo golpe de Estado vive-se um período de relativa paz até à crise de 1890, tendo sido interrompido pelos motins de fome dos anos 1854-1857 e pela revolta portuense da Janeirinha em 1861.⁴²

Em termos tecnológicos a evolução nas armas de fogo continua o seu percurso, de certa forma acelerado, pois o ritmo das inovações sucede-se em intervalos de tempo mais curtos. A descoberta de um método seguro para criar um fulminato de mercúrio, pelo químico inglês Edward Howard (1774-1816), permitiu que o reverendo escocês Alexander James Forsyth (1769-1843) criasse um novo tipo de fecho, que por volta de 1820 chega ao produto final - fecho de Forsyth ou *frasco de perfume* - que viria a revolucionar as armas de fogo.⁴³ Este sistema era mais seguro, à prova de água, além de ter sido aperfeiçoado por outros inventores contemporâneos que procuraram usar esta nova invenções de forma mais eficiente, o que levou ao desenvolvimento das munições.⁴⁴

As armas em Portugal começaram a ser convertidas para sistema de percussão a partir de 1846-1855, num processo complexo e atrasado em relação ao resto da Europa, que desde 1830 começara a generalizar o fecho de percussão nos seus exércitos.⁴⁵

⁴² Cabral, 1988: 12

⁴³ V., Hogg; North, Anthony (1977). "The book of guns & gunsmiths". Londres: New Burlington Books. P. 76

⁴⁴ Peterson, Howard L. (1961). "A History of Firearms". Nova York: Charles Scribner's Sons. Pp 25-27

⁴⁵ Marques Pinto, Major-general Renato Fernando (Dezembro de 2009). "As Indústrias Militares e as Armas de Fogo Portáteis no Exército Português". N°2495

1.3. DO FECHO DE PERCUSSÃO AO SISTEMA DE RETROCARGA

Com esta evolução, o passo seguinte em termos de eficácia das armas ligeiras permitiu o desenvolvimento da retrocarga e das armas de repetição. Desde cedo que se tentou desenvolver esses sistemas, com a primeira tentativa ainda ao tempo de Henrique VIII de Inglaterra, no início do século XVI, que falhou. Um século depois, o italiano Michele Lorenzoni cria uma arma de pederneira, de retrocarga e repetição, com capacidade para 6 tiros. Embora a arma tenha sido utilizada, era demasiado cara e não podia ter falhas no fabrico da mesma, o que impossibilitou a sua propagação. Décadas depois um dinamarquês inventa um fuzil que utiliza de repetição e retrocarga, usando o fecho de roda. É usado pelas forças Dinamarquesas no cerco de Copenhaga (1658-1659) e na *Scanian War* (1675-1679)⁴⁶. Durante o século XVIII tentou-se usar armas deste género, mas sem muito sucesso. Embora Patrick Ferguson, oficial do exército inglês, em 1776, criasse um fuzil deste género, que obteve bons resultados práticos, sendo usada, pelo regimento do mesmo na Guerra da Independência Americana, não foi aceite pelos responsáveis do exército britânico para uso generalizado.⁴⁷

É só no século XIX, principalmente na segunda metade, que a retrocarga e a arma de repetição é introduzida nos exércitos e marinhas, e desenvolvida, mercê da própria Revolução Industrial e da normalização do fabrico e processamento de metais como os aços de alta resistência. Mas também se deveu à articulação do fecho de percussão e ao consequente desenvolvimento da munição, primeiro de invólucro de cartão e posteriormente de latão. O primeiro exército a usar armas deste género foi o exército dos Estados Unidos

⁴⁶ Guerra na Escandinávia entre o Reino da Dinamarca-Noruega, Branderburgo-Prússia, Holanda, Sacro Império Romano-Germânico contra o Reino da Suécia e o Reino da França. Fez parte das Guerra Franco-Holandesa (1672-1678) e acabou com os tratados de Fontainebleau (23 de Agosto de 1679) e de Lund (26 de Setembro de 1679).

⁴⁷ Peterson, 1961: 35-40

da América, usada nas guerras com os índios, com o México e na guerra civil, primeiramente com a carabina Hall, de culatra basculante para cima, e que existiu tanto na versão de pederneira como com fecho de percussão e depois com as famosas carabinas Spencer e Winchester, de vários modelos. Mas também na Europa se buscavam soluções. Quando Johann Nicholas Dreyse, um armeiro prussiano, inventa uma arma de retrocarga, com culatra de ferrolho e percutor de agulha, que utilizava cartuchos de papel, dotou o exército da Prússia com uma espingarda moderna de carga pela culatra, relativamente eficaz, ainda no ano de 1848 (nesta altura o exército português ainda usava genericamente armas de pederneira e fazia sucessivas experiências falhadas para a sua conversão em percussão no Arsenal Real do Exército). No caso da espingarda Dreyse, no momento do disparo, o martelo percutor batia na grande agulha que perfurava a carga de pólvora, através do cartucho e deflagrava o projétil. A arma foi adotada pelo exército prussiano e usada na Guerra Austro-Prussiana (1866) e na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), embora já fosse inferior à espingarda francesa Chassepot, de fecho de ferrolho, monotiro.⁴⁸A retrocarga também abrange a artilharia, como por exemplo a peça *Krupp C64*, de retrocarga e culatra de parafuso, que foi determinante na vitória prussiana sobre os franceses, na Guerra Franco-Prussiana, ditando o fim do segundo Império Francês e o começo do Império Alemão que, anos mais tarde, arrastou a Europa para um conflito mundial.⁴⁹

O acontecimento que leva ao fim da relativa paz política e económica no reino de Portugal é o ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890. Portugal tinha sérios problemas na manutenção do seu território colonial, numa época onde as grandes potências europeias (Alemanha, Inglaterra, França e a Bélgica) tinham interesse em dividir a África entre si. O ultimato inglês consistia na

⁴⁸ Peterson, 1961: 40-41

⁴⁹ Michael Solka; Darko Pavlović (2004). *German Armies 1870-71 (1): Prussia*. Osprey Publishing. pp 39-41

renúncia dos territórios do interior de África que ligava Angola e Moçambique, o livre acesso de cidadãos e bens britânicos no território de Moçambique e a construção de uma via-férrea que ligaria o porto de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal.⁵⁰

O descontentamento pelo ultimato, o crescimento de um sentimento patriótico e de revolta, foi aproveitado pelos republicanos, que usando a propaganda contra a monarquia usam a questão do ultimato como arma de arremesso político, e uma nova forma de nacionalismo como questões alternativas a uma monarquia em crise. Por isso, não é de estranhar que pouco tempo depois se tenha tentado um golpe de estado contra a monarquia, que aconteceu a 31 de Janeiro de 1891, onde a facção republicana sai derrotada.⁵¹

Não obstante ao problema do ultimato, a situação económica de Portugal era precária, devido a décadas de má gestão, principalmente na década de 1880 até 1890⁵². Portugal, em 1890, tinha uma dívida pública no valor de 500 mil contos e encontrava-se perto da bancarrota, juntando-se a uma enorme vaga de emigração de portugueses para o Brasil.⁵³

A crise financeira e a revolta do 31 de janeiro foram o começo de um fim de século bastante atribulado. Em 1894 Portugal, ameaçado em Moçambique por uma vasta sublevação Vátua, primos étnicos dos Zulus sul africanos, e que chegaram às portas de Lourenço Marques, viu-se na contingência de enviar tropas para a África Oriental Portuguesa, comandadas por Mouzinho de Albuquerque, António Enes e Paiva Couceiro, entre outros. Na Índia, em 1895, ocorre uma rebelião na Índia Portuguesa, na qual o Infante D. Afonso tem um papel fundamental para subjugar os sublevados. A questão das colónias manteve-se sempre presente, uma vez que eram bastante cobiçadas, tendo inclusive existido um tratado secreto entre a Alemanha e a Inglaterra onde

⁵⁰ Cabral 1988: 27-31

⁵¹ Almeida, Fortunato (1985): “História de Portugal”. Lisboa: Promoclube. pp 20-24

⁵² Almeida, 1985: 24

⁵³ Cabral 1988: 30-33

partilhavam as colónias portuguesas entre si, aproveitando as fragilidades financeiras portuguesas.⁵⁴

As forças portuguesas utilizam, até 1886, a nível de armas ligeiras, a espingarda *Snider* de 14,7 mm modelos de 1872/1874, e a espingarda *Martini-Henry* de 11,43 mm, que tinha sido adquirida pelos governos ultramarinos e usada no Exército Colonial. A partir de 1886, as forças portuguesas, passam a usar espingardas e carabinas *Kropatschek* de 8 mm e, a partir de 1904, a *Mauser Vergueiro* de 6.5 mm e a carabina de cavalaria *Mannlicher* de 6,5 mm. Durante este tempo a arma de mão utilizada era o revólver *Abadie* de 9.1 mm e, a partir de 1907, a pistola *Parabellum* de 7.65 mm, assim como chegaram as primeiras metralhadoras pesadas *Maxim*, de 6,5 mm.⁵⁵

Neste período de franca modernização tecnológica do exército português, a política toma um rumo de contraciclo e o Rei D. Carlos e o filho, mais velho, o Infante Luís filipe são assassinados em 1908, até hoje em circunstâncias não totalmente claras, e em 1910, a 5 de Outubro, o partido republicano assume o poder, exila a família real, extingue os títulos nobiliárquicos, expulsa as ordens religiosas, revoga o decreto de 1901, na qual autorizava a constituição de concreções religiosas, extinguem-se as faculdades de teologia e de direito canónico, e criam-se no seu lugar as universidades de Lisboa e do Porto.⁵⁶

Os republicanos conseguem tomar o poder, com ajuda das forças armadas, que embora fossem subordinadas ao Rei, e como tal, à Monarquia, não mostraram grande resistência, tirando a Guarda Municipal, mais alguns oficiais, nomeadamente Paiva Couceiro, Martins de Lima, Van Zeller e Pinheiro Chagas, que mantiveram o juramento de fidelidade ao Rei. Enquanto Infantaria 16, Artilharia 1, o Quartel de Marinheiros (Alcântara), os Cruzadores “Adamastor”

⁵⁴ Almeida 1985: 25-64

⁵⁵ Marques Pinto, Major-general Renato Fernando (Dezembro de 2009). “As Indústrias Militares e as Armas de Fogo Portáteis no Exército Português”. N^o2495

⁵⁶ Almeida 1985: 25-64

e “S. Rafael” fundeados no Tejo, se revoltaram contra a Monarquia e a favor dos Republicanos, acabando por permitir aos revoltados da Rotunda terminar o golpe republicano e obrigar D. Manuel II e a sua família a tomar o caminho da Ericeira e dali para Inglaterra. As forças militares foram modificadas com a república, sendo desprovidas de parte da sua vocação profissional e passando para o conceito de tropas milicianas e de serviço militar obrigatório. Mas a Primeira Grande Guerra trouxe um mal-estar entre os militares e os republicanos, tendo havido uma reforma estrutural mas que dependia da alternância política do momento e da força dos dois principais movimentos, os guerristas como Afonso Costa ou os antigueristas como Brito Camacho. As tentativas de reforma do antigo exército da Coroa, tiveram vários objetivos, como o limitar do número de generais para 20, e o corpo de coronéis teve um aumento significativo, passando de 118 em 1910, para 126 em 1911, passado, em 1919, a 206, chegando, em 1925, a 250 coronéis.⁵⁷

Desde o início, a primeira república mostrou sinais que não duraria muito tempo tal como havia surgido em 1910 e apresentado o seu ambicioso, mas pouco sustentado, programa político, militar, económico e social em 1911. A instabilidade endémica e por vezes com sangue caracterizava este regime, mas seria a participação na primeira grande guerra que ditaria o início do fim deste sistema político, que cairia em 28 de Maio de 1926, num golpe de estado liderado pelo General Gomes da Costa. Recuando de novo aos antecedentes, pode-se constatar que os problemas começaram logo em 1911, quando, após um governo provisório liderado por Teófilo Braga e João Chagas, candidato independente, apoiado pelos Unionistas e Evolucionistas, é encarregado a formar o primeiro governo constitucional. Empossado em Setembro de 1911, cai em Novembro desse mesmo ano, quando os Evolucionistas retiram o seu

⁵⁷ Medeiros Ferreira, José (2001): “ O Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX”. Lisboa: Editorial Estampa. pp 34-44

apoio, após João Chagas ter demitido o ministro da Guerra, o general Pimenta de Castro, por o considerar brando em relação aos monárquicos.⁵⁸ Os governos neste regime são de curta duração, caindo com golpes de estado, pronunciamentos e levantamentos e todas as demais formas de sublevação do espectro político militar, demonstrando a instabilidade que se viveu durante esse período. Quando rebenta a primeira grande guerra, o Congresso reúne-se, a 7 de Agosto de 1914, declarando a fidelidade à aliança inglesa, sem comprometer a participação de Portugal na Guerra. Em outubro do mesmo ano Portugal envia as duas primeiras expedições para África, para defender as colónias dos ataques alemães, numa bizarra situação de guerra não declarada. A 23 de Novembro o Congresso dá poderes ilimitados para intervir na grande guerra, com um dos motivos mais fortes, a preservação do Império, sujeito a penhora pelas bancas inglesa, alemã e francesa, depois dos avultados empréstimos na bancarrota de 1892. Secretamente em 1912 e 1913, a Inglaterra negociara com a Alemanha a entrega de três-quartos de Angola e o terço Norte de Moçambique, com a Inglaterra a ficar com o resto, com a oposição da França, que também queria partes do território português em África.⁵⁹

Quando Inglaterra declara guerra à Alemanha, o acordo entre as duas potências não tinha sido retificado, mas a ameaça da perda de território colonial português mantinha-se, como tal os intervencionistas, liderados por Afonso Costa, afirmavam que a participação de Portugal na Guerra ao lado de Inglaterra e da França era a única forma de garantir a manutenção desses territórios. Estes, que eram de importância vital para a economia da metrópole, que exportava os seus produtos para as províncias coloniais, também tinham importância para a independência da metrópole portuguesa, alvo do anexionismo obsessivo do Rei de Espanha, Afonso XIII e dos governos

⁵⁸ Cabral, 1988: 429-432

⁵⁹ Cabral, 1988: pp. 438-443

espanhóis, que sondavam a França para uma invasão e ocupação efetiva, sob o falso pretexto de estabilizar Portugal.⁶⁰

Quando a Alemanha declara Guerra a Portugal a 9 de Março de 1916, as tropas portuguesas utilizavam a espingarda *Mauser-Vergueiro* de 6,5 mm modelo 1904 e a pistola *Luger Parabellum*, que tinha sido adquirida à Alemanha em 1907. Quando o Corpo Expedicionário Português (CEP) é enviado para França, as *Mauser-Vergueiro* são substituídas pelas SMLE *Lee-Enfield* de 7.7 mm, por uma questão de uniformização com as tropas britânicas, uma vez que integrou o mesmo sector e como arma de oficial a pistola semiautomática norte-americana *Savage*, de 7,65 mm, entrada ao serviço em 1916, para serviço na Flandres.⁶¹

Os golpes de estado de Pimenta de Castro, em 1915, e de Sidónio Pais, em 1918, foram movimentos de resistência à participação portuguesa na guerra. A oposição ao regime era crescente, começaram a aparecer movimentos alternativos, como os *Integralistas Lusitanos*, que começaram a publicar, em Coimbra, uma revista de filosofia política, movimento dos *Ultra-Nacionalistas*, que lançaram uma revista, em 1915, bissemanal, denominada de *Ideia Nacional*, os movimentos dos Futuristas que lançam, também em 1915, a revista *Orpheu*, com Fernando Pessoa e Almada Negreiros. Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira já se encontravam no cenário político português, num regime, que além de ter continuado a instabilidade e crises que se viveu no fim da monarquia, aumentou ainda mais essa instabilidade, com governos pouco duradouros, golpes de estado sangrentos, assassinatos e motins, tendo acabando, primeiro numa ditadura militar, iniciada em 28 de Maio de 1926, que se transformou, pela constituição 1933, no Estado Novo.⁶²

⁶⁰ Cabral, 1988: pp. 438-443

⁶¹ Marques Pinto, Major-general Renato Fernando (Dezembro de 2009). “As Indústrias Militares e as Armas de Fogo Portáteis no Exército Português”. Nº2495

⁶² Cabral, 1988: 443-447

A ditadura militar manteve os problemas vindos de trás, instabilidade governativa e crise financeira. Oliveira Salazar é nomeado para a pasta das finanças em Abril de 1928, com a tarefa de tirar Portugal da crise financeira que está mergulhado, mais tarde, em julho de 1932, Salazar é nomeado presidente do conselho. A ditadura militar foi desde a sua inauguração alvo de luta constante, com movimentos revolucionários a sair do Porto e de Lisboa, como em Fevereiro de 1927, tendo sido derrotados, por falta de sincronismo entre as duas ações, acabando por fortalecer a ditadura. Esta só é consolidada com a nomeação de Salazar para presidente do conselho, e com a aprovação da constituição de 19 de Março de 1933, começando o Estado Novo, algo que estava a ser preparado desde os movimentos que apareceram em 1915.⁶³ Neste contexto, o armamento do exército Português é o que estava em serviço desde 1904, mais o introduzido em 1917 para a frente da Flandres, incluindo o parque de artilharia e a aviação, mas que cujo desenvolvimento não cabe no âmbito específico deste trabalho. No entanto, cremos que será pertinente referir um frequentemente esquecido elemento, fundamental na história das armas e destas nas coleções – as munições.

⁶³ Medeiros Ferreira, 2001: 143-145

1.4. BREVE HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO DA MUNIÇÃO

A revolução/evolução dos projéteis, em termos de aperfeiçoamentos balísticos e de propelentes, começa no século XIX com o avançar da química e o desenvolvimento do sistema de percussão. Esta evolução permitiu desenvolver novas formas de munições, mais eficazes. Aqui iremos abordar a evolução das mesmas, mencionando como exemplo a munição *Lefauchaux*, uma vez que está presente na coleção Marciano Azuaga. Também é importante referir a ligação que a munição tem com a legislação contemporânea. O desenvolvimento da munição a tratar, respeitante a duas coleções de armas, como tal é bastante importante, nomeadamente a sua evolução ao longo da época. Justifica-se explicar, porque as munições estão ligadas ao desenvolvimento das armas de fogo e porque uma das coleções apresenta munições para determinadas armas. Não nos podemos esquecer da legislação, que afeta as coleções de armas, na medida em que determinada munição é ou não é afetada pela lei, e a existência de requisitos específicos que afetam as coleções, e que mais à frente explicaremos. É impossível separar a evolução histórica da munição com a evolução da legislação, por vezes mais polémica ou problemática do que a posse da arma em si.

1.4.1. Da Arma de Fogo às Munições

No século XIV começam a surgir as primeiras armas de fogo. Estas primeiras armas, primitivas e perigosas em dois sentidos – usuário e o alvo - pesavam entre vinte a trinta quilos e eram bastante limitadas. As ilustrações da época que nos chegaram mostram que estas primeiras armas eram em forma de vaso e também mostram uma pesada seta de metal servindo de munição. Sabe-se que as primeiras munições eram projéteis de metal (chumbo, bronze e ferro) e também de pedra, usados nos grandes calibres.⁶⁴

A pedra também foi usada como projétil nas bombardas de mão, por serem leves e baratas. A pedra não era eficaz, como tal, foi necessário criar outros projéteis. Surgem então projéteis de ferro para as bombardas de mão e, com a criação do fecho de mecha, começou-se a utilizar projéteis redondos de chumbo, que se utilizou até ao século XIX, onde surge o cartucho composto. É neste século que se dá uma evolução nas munições. Deixam de ser simples objetos redondos de chumbo, mortais, mas erráticos nas suas trajetórias e pouco certos. O estriamento das armas ligeiras e da artilharia obrigou a um novo *design* dos projéteis, dos seus cartuchos ou invólucros e da forma de serem carregados nas culatras, incluindo novos propelentes, que não já a pólvora negra. Esta evolução afetou a forma de carregamentos das armas, deixando de ser carregadas pela boca, para serem carregadas diretamente na câmara, por diferentes e por vezes originais sistemas de obturação. O cartucho era, primeiramente, por um involucro de papel ou cartão e, mais tarde, de latão, que tinham por dentro pólvora e cápsula fulminante.⁶⁵

Um dos primeiros sistemas de cartucho composto (fulminante, involucro e projétil combinados) a surgir, foi o de *Lefauchaux*, atualmente obsoleto, criado

⁶⁴ Peterson, H.L. (1966). “Las Armas de Fuego”. Barcelona: Punto Fijo. Pp. 31-32

⁶⁵ Hartink, A. E. (2002). “Enciclopédia de Rifles e Carabinas”. Lisboa: Livros e Livros. P. 11

em 1830 e patenteado em 1835, pelo francês Casimir Lefauchaux. O fulminante encontra-se no interior do cartucho, que é deflagrado através de uma pancada de um espigão na parte interna posterior da cápsula, percutindo a carga de pólvora e a saída do projétil.⁶⁶ O grande salto no desenvolvimento das munições foi a invenção da nitropólvora, ou seja, pólvora sem fumo, que foi um salto qualitativo e permitiu desenvolver a potência cinética da munição.⁶⁷ Com a junção de dois químicos a nitrocelulose (pólvoras de base simples), combinada com até 50 % de nitroglicerina (pólvoras de base dupla), ou, por vezes, com nitroguanidina (base tripla). Existem vários tipos de pólvora sem fumo, a Paul Vieille (Poudre B), a cordite (usada pela Grã Britânia desde 1889) e a Ballstite (patenteada em finais do século XIX por Alfred Nobel).⁶⁸ Estas combinações químicas permitem uma maior expansão de gases, que resulta uma maior pressão que as conseguidas com a pólvora negra. Esta força permite que o ferrolho se abra automaticamente, dando origem às armas modernas.⁶⁹

Esta sucessão de abordagens precede o capítulo seguinte, sobre Coleções, neste caso de armas, e foi nosso intuito contextualizar o melhor possível a temática, deveras complexa e técnica.

⁶⁶ Hartink, 2002: 11

⁶⁷ Hartink, 2002: 11

⁶⁸ Hatcher, Julian S. and Barr, Al (1951). "Handloading". [S.l.] Hennage Lithograph company. P. 34

⁶⁹ Hartink, 2002: 12

1.5. COLEÇÕES

O conceito de coleções é algo que tem vindo a ser alvo de reflexões desde o século XX, com um objetivo de encontrar uma definição que explicasse as características de um dado conjunto necessita para ser considerado coleção.⁷⁰

Para Susan Pierce, a primeira tentativa de definição de coleção é da autoria de Durost, em 1932, que entendia que a coleção é determinada pela sua natureza e pelo valor atribuído pelo colecionador, ou seja, vê a coleção como um conjunto, onde um objeto inserido na coleção passa a representar os outros. Por sua vez, Alsop, 1982, apresenta uma abordagem mais simples, onde a coleção é o conjunto de objetos valorizados e apreciados pelo colecionador, que a entende como coleção. Em 1988, Aristides refere que uma coleção não é uma acumulação estimulada pela obsessão, uma vez que tem como princípios a organização, a sistematização e a finalidade. Beck e os seus colegas, em 1990, chegam à conclusão que uma coleção é o processo seletivo, ativo, de posse, aquisição ou disposição de determinado conjunto de objetos, que se interrelacionam para retirar o seu significado. A coleção prolonga-se no tempo.⁷¹ Para Pomian, um objeto ganha o estatuto de objeto de coleção, quando perde o valor de uso. São objetos sujeitos a uma proteção especial, estando em locais fechados e preparados para serem expostos para o olhar do público.⁷²

Como tal o Homem tem necessidade de preservar e juntar objetos, por uma variedade de razões - desde a importância histórica do objeto à importância sentimental/simbólico. Não basta juntar os objetos, é preciso também

⁷⁰ De Castro Oliveira, Célia Isabel (2013). “Biografias e Coleções: Um caso de estudo. A Coleção de Postais Ilustrados do Coronel José Marcelino Barreira” (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 18

⁷¹ Pearce, S. M. (1994). “Interpreting objects and collections”. London: Routledge. pp 157-158

⁷² Pomian, Krzysztof (1990). “Collectors and Curiosities”. Oxford: Polity. pp. 6-10

conservá-los, de forma a perpetuá-los no tempo, deixando um legado/património para as gerações vindouras, ou preservar o legado deixado pelos nossos antepassados. Como tal, existem autores, que elaboraram quatro modelos de conservação:⁷³

- **Conservação coletiva/social** – que se refere à valorização social na vertente coletiva, como por exemplo os monumentos e museus. É a forma mais tradicional e serve como referência à maioria das análises, estando em primeiro plano na política do património na época moderna.⁷⁴

- **Conservação privada/social** – é semelhante à coleção coletiva/social, porém a valorização é somente privada. Manifestam-se nas coleções de objetos antigos, por exemplo obras de artes, como também em objetos comuns de consumo e em entesouramento de valores económicos. A fronteira entre a coleção privada/social e a coleção coletiva/social é ténue, permitindo que um objeto situado no privado, passe para o coletivo, como por exemplo as peças de coleção que deixam o espólio privado e passam para o espólio de um museu.⁷⁵

- **Conservação coletiva/individual** – Modelos menos utilizado, porque a conservação privada pode ser objeto de valorização coletiva. Portanto, o recurso do espaço coletivo para objetos de interesse privado não faz muito sentido, embora um objeto de interesse privado pode passar a ser de interesse público, por exemplo o arquivo público de documentos privado, pois documentos privados de certas personalidades ganham interesse público/coletivo.⁷⁶

- **Conservação privada/individual** – Valorização de objetos sem aparente significado para o coletivo, uma necessidade fomentada pelo individualismo e

⁷³ Guillaume, Marc (2003): “A Política do Património”. [S.l.]: Campo das Letras. p 53

⁷⁴ Guillaume, 2003: 53

⁷⁵ Guillaume, 2003: 53

⁷⁶ Guillaume, 2003: 53

gosto pessoal, por exemplo uma coleção de caixas de fósforos. É dependente do indivíduo, por norma não tem lugar num museu, mas tem um significado íntimo, podendo ser marca do indivíduo ou da família.⁷⁷

Estes modelos não são rígidos, porque um objeto pode passar por estes modelos, ou seja pode começar na conservação privada/individual à conservação privada/social, acabando na conservação coletiva/social. O tempo é um fator importante na evolução de um objeto. Um bem pode ser considerado com pouco valor em determinada altura, mas com o passar do tempo, é enobrecido, pois de comum passa a raridade.⁷⁸

A coleção é uma forma de conservação, no entanto é necessário haver ligações entre os bens. Algo que as une e que crie um sentido, uma justificação para a existência da mesma, os objetos podem ter grande valor histórico, ou um valor mais individual, presente no modelo de conservação privada/individual. Portanto, não é de admirar que a coleção surja, como instituição social, no Ocidente, na idade clássica, quando o individualismo cresce, tal como o nascimento do Estado moderno.⁷⁹

Kasinsky afirma que o objeto representa um indicador de memória e agente de informação, porque dão-nos informação ao meio que estavam inseridos. As coleções são um veículo de memórias, porque estão ligadas à vivência económica, social, política dos colecionadores.⁸⁰

As coleções existem desde a pré-história, nomeadamente ao colecionar objetos fúnebres.⁸¹ O colecionismo evolui ao longo dos tempos, os gregos e os romanos colecionavam, eram atos simbólicos de grande valor. Mas é no

⁷⁷ Guillaume, 2003: 53

⁷⁸ Guillaume, 2003: 53

⁷⁹ Guillaume, 2003: 58

⁸⁰ Pedrochi, Mara Angélica, Murguia, Eduardo Ismael (2007). “O devir de uma: a institucionalização do Museu “Eduardo André Matarazzo” de Armas, Veículos e Máquinas”. Em Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, Bahia, 28-31 de Outubro 2007. p. 4

⁸¹ Pomian, 1990: 6-25

renascimento que as coleções voltam a ressurgir, por exemplo a coleção do Papa Sixto IV, que foi aberta ao público em 1471.⁸²

Este desenvolvimento continuou à medida que a sociedade foi evoluindo, com uma ligação estreita com as ciências e o ensino, cada vez mais presente a partir do século XVIII. Neste momento, além de uma ligação com a memória do passado, individual ou coletiva, também são uma forma complementar ao ensino formal.

A criação de associações de colecionadores está associada ao facto de serem lugares onde os colecionadores podem trocar experiências, conviver, sentirem-se valorizados. No que toca às armas de fogo, existe uma legislação forte, que determina várias regras para se poder ter armas para coleção. Os colecionadores de armas tem ter licença própria e estarem registados numa associação de colecionadores. Portanto é necessário perceber a evolução legislativa das armas de fogo em Portugal, uma vez que evoluiu ao longo do tempo.

⁸² Bernardo, Luís Miguel (2013): "Cultura Científica em Portugal: Uma Perspetiva Histórica". Porto: U.Porto editorial. p 131

1.6. BREVE ABORDAGEM À LEGISLAÇÃO DAS ARMAS DE FOGO EM PORTUGAL

É importante, para este contexto e vertente mais tecnicista, abordar a legislação de armas de fogo em Portugal. Assim, podemos perceber a evolução técnica e os seus efeitos na sociedade civil, e nas coleções em particular.

A existência de legislação referente a armas é antiga. Uma das primeiras referências é do reinado de D. João III, numa ordenação de 20 de Fevereiro de 1539, onde se define o comprimento das espadas, do polmo à lâmina, em cinco palmos, o que corresponde a 1100 cm. D. Sebastião dá seguimento a esta lei e, num alvará de 3 de Agosto de 1557, onde pune os armeiros que não cumprirem o comprimento legal das espadas. De seguida, a 6 de Dezembro de 1569, promulga uma “Lei das Armas”, onde regula o uso das armas de todos os portugueses, para defesa do reino, sendo proporcional aos rendimentos que possuem.⁸³

Em relação às armas de fogo é só no século XIX que aparece legislação correspondente. Tal deve-se com a evolução das armas de fogo e, também com proliferação das mesmas. Em Portugal a primeira legislação referente a armas de fogo, surgem no código penal de 1852, no reinado de D^a. Maria II, que pune o disparo da arma dirigido contra pessoas, independentemente de causar qualquer dano, a posse de arma em grupos de duas ou mais pessoas para fins criminosos, o uso de armas a favor de outras nações, quem fabrica, importa ou exporta, armas proibidas e quem usa sem licença ou fora das circunstâncias permitidas.⁸⁴

O código penal de 1886 expande as medidas que foram criadas em 1852, como por exemplo, na secção III (resistência), artigo 186^o: “1.º A prisão

⁸³ Nobre, Eduardo (2004). “As armas e os barões”. [S.l.]: Quimera.

⁸⁴ Código penal de 1852

correcional até dois anos e multa até dois anos, se a oposição houver produzido efeito, impedindo-se aquele exercício ou execução, e tiver sido feita com armas por mais de duas pessoas;”.⁸⁵

Só a partir de 1927, nomeadamente a 21 de Maio desse ano, no Decreto de Lei n.º 13 740, que regulava o comércio, a importação e o uso de porte de arma, sendo alvo ao longo do Estado Novo de pequenas alterações em vários diplomas, como por exemplo, o Decreto de Lei n. 18 574, de 1930, no Decreto de Lei n.º 35 015, de 1945, para esclarecer e corrigir os Decretos anteriores. Outro exemplo importante é o Decreto de Leio 37 313 de 21 de Fevereiro de 1949, que aprova o uso de porte de armas (Capítulo IV, secção I, II e III), bem como a proibição de certas armas (artigo 10º).

Só a partir de 25 de Abril de 1974 é que se voltou a alterar as leis de armas em Portugal, sofrendo ao longo das décadas alterações, a partir da década de 90 a respeitar as normas europeias, primeiro no que toca ao controlo da aquisição e da detenção de armas, com a Diretiva n.º 91/477/CEE. Esta diretiva foi posta em prática, só em parte, no Decreto de Lei de 399/93, de 3 de Dezembro, que contemplou a criação do cartão europeu da arma de fogo e da transferência de armas entre Estados Membros.⁸⁶

Em 2006 entra uma nova legislação, que teve como um dos objetivos de reorganizar a legislação anterior, que estava dispersa por vários diplomas. Este novo regime legal foi sendo atualizado até aos dias de hoje, de realçar que este define vários tipos de arma, nomeadamente no artigo 2º, da lei 5/2006, alterada pela lei 12/2011. Para este trabalho interessa estas definições, artigo 2º:

- *“m) Arma Branca: todo o objeto ou instrumento portátil dotado de uma lâmina ou outra superfície cortante, ou corto-contundente, de cumprimento igual ou superior a 10 cm e, independentemente das suas dimensões, as facas borboletas, as facas*

⁸⁵ Código penal de 1886 p. 57

⁸⁶ Ministério da Administração Interna (2017). “Enquadramento Histórico”. Acedido em 5 de Junho de 2017, em <http://armas.mai.gov.info/fundamentacao/enquadramento-historico>

de abertura automática, as facas de ponta e mola, as facas de arremesso, os estiletes com lâmina ou haste e todos os objetos destinados a lançar lâminas, flechas ou virotões.”

- **“n) Arma de carregamento pela boca:** *A arma de fogo em que a culatra não pode ser aberta manualmente e o carregamento da carga propulsora e do projétil só podem ser efetuados pela boca do cano, no caso de arma ter um ou mais canos, e pela boca das câmaras, nas armas equipadas com tambor, considerando-se equiparadas às de carregamento pela boca as armas que, tendo uma culatra móvel, não podem disparar senão cartucho combustível sendo o sistema de ignição colocado separadamente no exterior da câmara.”*
- **“p) Arma de Fogo:** *todo o engenho ou mecanismo portátil destinado a provocar a deflagração de uma cara propulsora geradora de uma massa de gases cuja expansão impele um ou mais projéteis.”*
- **“r) Arma de Fogo inutilizada:** *a arma de fogo que foi retirada ou inutilizada peça ou parte da peça ou parte essencial para obter o disparo do projétil e que seja acompanhada de certificado de inutilização emitido ou reconhecido pela Direção Nacional da PSP.”*
- **“t) Arma de Fogo desativada:** *a arma de fogo que foi retirada peça ou peças necessárias para obter o disparo do projétil.”*
- **“u) Arma de Fogo obsoleta:** *a arma de fogo excluída do âmbito da aplicação da lei por ser de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, bem como aquelas que, sendo de fabrico posterior àquela data, utilizem munições obsoletas constantes na lista de calibres obsoletos publicada em portaria do Ministério da Administração Interna ou que obtenham essa classificação por peritagem individual da PSP.”*

Também nos interessa a definição legal das munições:

- **“b) Calibre de arma:** *a denominação da munição para que a arma é fabricada.”*
- **“c) Calibre de cano:** *o diâmetro interior do cano, expresso em milímetros ou polegadas, correspondendo, nos canos de alma estriada, ao diâmetro de brocagem antes de abertas as estrias, ou equivalente a esse diâmetro no caso de outros processos de fabrico.”*
- **“ p) Munição de Arma de Fogo:** *o cartucho ou invólucro ou outro dispositivo contendo o conjunto de componentes que permitem o disparo do projétil ou de múltiplos projéteis, quando introduzidos numa arma de fogo.”*
- **“aa) Munição obsoleta:** *a munição de fabrico anterior a 1 de Janeiro de 1891, ou posterior a essa data, que tenha deixado de ser produzida industrialmente ou e que não é comercializada há pelo menos 40 anos.”*

Outras definições também são importantes para entender a complexidade e importância que toca a armas em Portugal:

- **“e) Casa forte ou fortificada:** *a construção ou compartimento de uso exclusivo do portador ou detentor, integralmente edificada em betão, ou alvenaria, ou com paredes, soalho e teto reforçados com malha ou estrutura metálica, sendo em todos os casos dotados de porta de segurança com fechadura de trancas e, caso existam, janelas com grades metálicas.”*
- **“f) Data de fabrico da arma:** *o ano em que foi produzida, ou, sendo desconhecido, quando iniciada a sua produção.”*
- **“g) Detenção da arma:** *o facto de ter em seu poder ou disponível para uso imediato pelo seu detentor.”*

- **“r) Transporte de arma:** o ato de transferência de uma arma descarregada ou desmontada de um local para outro, de forma a não ser suscetível de uso imediato.”
- **“ad) Arma de aquisição condicionada:** arma que só pode ser adquirida por quem tenha licença habilitante ou autorização da Direção Nacional da PSP.
- **“ae) Ornamentação:** a exposição da arma em local a indicar pelo requerente e identificado na correspondente licença F.”

Outro fator importante na legislação atual é o tipo de classe que corresponde as armas, nomeadamente as que interessam para o trabalho, começando com a classe A, artigo 3º:

- **“d) as armas brancas ou de fogo dissimuladas sob a forma de outro objeto.”**

No caso de venda de armas desta classe é importante realçar:

- **“1- São proibidos a venda, aquisição, a cedência, a detenção, o uso e o porte de armas, acessórios, munições da classe A.**
- **“2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, mediante uma autorização especial do diretor nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios classe A, destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações em realizações teatrais, cinematográficas ou outros espetáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural, com exceção de meios militares e material de guerra cuja autorização é da competência do ministro que tutela o sector da defesa nacional.”**
- **“3- As autorizações a que se refere o número anterior são requeridas com justificação da motivação, indicação do tempo de utilização e respetivo plano de segurança.”**

No que respeita a classe F, artigo 3º:

- **“ a) as matracas, sabres ou outras armas brancas tradicionalmente destinadas às artes marciais ou a ornamentação.”**
- **“b) réplicas de armas de fogo.”**
- **“c) as armas de fogo inutilizadas quando destinadas a ornamentação.”**

Armas da classe B, artigo 5º:

- **“4- Sem prejuízo do número anterior, mediante autorização especial do diretor nacional da PSP, podem ser autorizadas a venda, a aquisição, a cedência, a detenção, a utilização, a importação, a exportação e a transferência de armas e acessórios da classe B destinados a museus públicos ou privados, investigação científica ou industrial e utilizações teatrais, cinematográficas ou outros espetáculos de natureza artística, de reconhecido interesse cultural.”**

Artigo 10º, classe F:

- **“1- As armas classe F são adquiridas mediante declaração de compra e venda ou doação.”**
- **“2- A aquisição, a detenção, o uso e o porte de armas da classe F podem ser autorizados aos titulares de licença de uso e porte de arma da classe F.”**
- **“3- As armas de fogo inutilizadas, bem como as réplicas de armas de fogo, podem ser usadas pelos titulares da licença F em atividades de reconstituição histórica de factos ou eventos, podendo apenas efetuar tiros de salva com pólvora preta.”**

Artigo 17º, licença F:

- **“1- a licença F é concedida a maiores de 18 anos que reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:**
- **a) se encontrarem em pleno uso de todos os direitos civis;**

- *b) demonstrem carecer da licença para a prática desportiva de artes marciais, sendo atletas federados, ou para práticas recreativas em propriedade privada e colecionismo de réplicas e armas de fogo inutilizáveis;*
- *c) sejam idóneos;*
- *d) sejam detentores de certificado médico, nos termos do artigo 23º."*

Licença de detenção de arma no domicílio, artigo 18º:

- *1- A licença de detenção de arma no domicílio é concedida a maiores de 18 anos, exclusivamente para efeitos de detenção de armas na sua residência, nos seguintes casos:*
- *c) quando as armas tenham sido adquiridas por sucessão "mortis causa" ou doação e o seu valor venal, artístico ou estimativo o justifique."*

A lei é bastante extensa, mas convém realçar a necessidade de ser necessário ter vários requisitos para se deter arma, sejam de fogo, ou brancas, inclusive réplicas, mesmo para efeitos de coleção ou ornamento. Além de ser necessário declarar às autoridades, nomeadamente à PSP, as armas que se tem, os diversos requisitos de segurança para as deter.

A legislação referente às coleção é recente. Esta legislação é de 2006, da mesma altura da reformulação do sistema legal em relação ao armamento. Este regime especial não refere só às coleções e abrange o tiro desportivo. Até 2006 os colecionadores não tinham regras especiais para a coleção de armas, como se pode perceber no texto anterior. Esta lei de 2006 estabelece o regime especial de aquisição, detenção, uso de porte de armas de fogo e suas munições e acessórios destinadas a práticas desportivas e de colecionismo histórico-cultural.⁸⁷

Conseguimos perceber como é que Vasco Ortigão Sampaio e Marciano Azuaga conseguiram colecionar estas armas de fogo. Há época deles a lei era menos exigente e permitia que colecionassem as armas sem ter problemas. A partir de 2006 isso mudou, com a criação deste novo regime, ter coleções de armas de fogo tornou-se muito mais exigente, mais caro, mais burocrático. Passou a ser necessário associar-se às associações de colecionadores de armas,

⁸⁷ Lei n.º 42/2006. DR 164 SÉRIE I de 2006-08-25

que é a entidade que permite obter uma licença de colecionador. Ou seja, neste momento é necessário duas licenças para se poder ter coleções de armas de fogo, sendo necessário renova-las de cinco em cinco anos. Os próprios museus, que tenham em sua posse armas de fogo, também são alvos de regras especiais, sendo obrigados a retirar, sempre que possível, uma ou mais partes essenciais ou outros mecanismos de armas de fogo em exposição ao público. Os funcionários, que têm contacto com as armas, têm de ter licença de uso de porto de arma classe B1.⁸⁸

⁸⁸ Artigo 29º, Lei n.º 42/2006. DR 164 SÉRIE I de 2006-08-25

CAPÍTULO 2 – AS COLEÇÕES DE ARMAS: ESTUDO E ANÁLISE

2. OS COLECIONADORES

Ambos colecionadores vivem em épocas atribuladas em Portugal, embora Vasco Ortigão Sampaio tenha vivido os últimos 8 de vida num Portugal politicamente estável, mas num mundo em conflito.

Marciano Azuaga nascido em Valença, no Minho, em cerca de 1840, faz formação na Escola Industrial do Porto (1862-1863), mais tarde torna-se chefe da Estação Ferroviária das Devesas. Ao longo da vida colecionou de tudo e, na década de 1880 era bastante reconhecido como colecionador, tendo apresentado a sua coleção, 1881, na I Exposição-Bazar de Belas Artes do *Centro Artístico Portuense*. Viria a falecer aos 65 anos de idade, em 1905.⁸⁹

Vasco Ortigão Sampaio vinha de um contexto familiar diferente de Marciano Azuaga, tendo nascido no Rio de Janeiro em meados do século XIX, era sobrinho do escritor José Duarte Ramalho de Ortigão, foi colecionador e mecenas. Estuda engenharia na Academia Politécnica do Porto e, após a conclusão do curso, realiza um *grand tour* pelas capitais europeias, como era costume nas famílias abastadas da época, tendo falecido em 1941.⁹⁰

Como se pode perceber no breve resumo das suas vidas, os colecionadores são de origens distintas, embora partilhassem um profundo gosto por colecionismo, de uma forma abrangente e transversal.

⁸⁹ Moncívio, Sara (2012). “O colecionador Marciano de Azuaga na I Exposição-Bazar de Belas-Artes promovida pelo Centro Artístico Portuense, em 1881” [Versão Eletrónica]. Acedido em 15/06/2017, em: http://www.academia.edu/4434018/O_colecionador_Marciano_de_Azuaga_na_I_Exposiçao-Bazar_de_Belas-Artes_promovida_pelo_Centro_Artístico_Portuense_em_1881

⁹⁰ Ferreira, Rui (2015). Coleção de Armas da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio. Relatório de Estágio.

Ser chefe de estação na época era uma ocupação prestigiante, devido à grande importância que o caminho-de-ferro tinha, principalmente numa estação importante como é a Estação das Devesas. Marciano de Azuaga colecionava de tudo, diferente de Vasco Ortigão, que, para além das armas, colecionava maioritariamente pinturas da época, facto que pode dever-se ao facto de se ter casado com a irmã das pintoras Aurélia de Souza e Sofia de Souza.

É impossível saber de facto as razões para qual colecionaram, embora se possa especular, sendo mais fácil com Vasco Ortigão Sampaio, uma vez que era costume a aristocracia da época, terem gosto pelo colecionismo, como também ter contacto privilegiado com os artistas portuenses da época. Com Marciano Azuaga a especulação torna-se mais difícil, quase impossível saber, com certeza, o porquê das coleções. Certo que também vive numa época onde o colecionismo começa a aparecer e a ser valorizado, certo também é que teve contactos com pessoas importantes da época, fruto do seu estatuto de chefe de estação. Apesar de viverem em épocas atribuladas, num país com bastantes dificuldades económicas, sociais e políticas, conseguiram obter objetos e ter meios para aumentar as suas coleções, no caso de Vasco Ortigão de servir de mecenas para os artistas portuenses. Convém referir que Vasco Ortigão Sampaio passa por 3 regimes, duas grandes guerras, embora tenha falecido antes da segunda grande guerra acabar, enquanto Marciano de Azuaga passa um regime, bastante atribulado, não passando por guerras. São contemporâneos, embora não tenhamos encontrado indícios que se tinham tido algum contacto entre eles.

Convém referir que ambos se preocupavam com a divulgação de artes, fazendo de forma diferente. Marciano Azuaga deixa o seu espólio, em 1904, à Câmara de Vila Nova de Gaia, para que possa ser divulgado e estudado, enquanto Vasco Ortigão Sampaio, através do seu mecenato, patrocina várias exposições ao longo da época, realçar a exposição de Arte Portuguesa, no Palácio de Cristal (1933), o centenário do Nascimento de Ramalho Ortigão (1936), a inauguração do Museu dos Autógrafos e Recordações de Escritores e Artistas na

Biblioteca Pública Municipal e a exposição de Homenagem a Aurélia de Sousa (1936), bem como apoiando financeiramente alguns pintores.

2.1. ARMAS DE FOGO DA COLEÇÃO MARCIANO AZUAGA

Esta parte da grande coleção de Marciano Azuaga foi estudada em 1994, pelo Dr. Mário Peneda, na licenciatura em Ciências Históricas/Ramo Património, pela Universidade Portucalense. Esta breve apresentação das 119 peças ligadas às armas de fogo é baseada nesse excelente trabalho, ainda a referência inicial deste espólio, mas que se impunha nova análise e consequente *update* dos elementos de inventariação já existentes.

Esta abordagem é só referente às armas de fogo, uma vez que o estudo das armas brancas da coleção já foi realizado, em profundidade, mas não está ainda publicado. Por outro lado, não obtivemos acesso a esse estudo, mas também se afastava do âmbito específico das armas de fogo ligeiras. A baioneta não é uma arma branca, uma vez que é um acessório das armas de fogo.

É importante afirmar que nem todas as peças na coleção foram adquiridas pelo Marciano Azuaga, pois algumas delas são posteriores há morte do colecionador, em 1905, como por exemplo a SMLE *Lee-Enfield MKIII*, de 1916.

Aquilo que se segue é a breve apresentação das armas de fogo da coleção, organizamos de forma alfabética para facilitar a leitura. Incluímos a boca-de-fogo nesta apresentação, por consideramos pertinente e por funcionar de forma semelhante às restantes arma da coleção.

2.1.1. Bacamartes

Os bacamartes tinham aplicações militares e civis. Como arma de defesa civil tinha um efeito dissuasor pelo facto de espalhar metralha numa vasta zona de impacto. Pelo mesmo motivo eram, militarmente, eram bastante usadas pelas marinhas para combater motins ou atingir um maior número de inimigos em momentos de abordagens.⁹¹

A presente coleção apresenta 9 bacamartes.



*Figura 5 SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira (1670-1800).
Fotografia de Susana Guimarães*

Bacamarte com fecho de pederneira do tipo francês, com cão inglês (1670-1800). A coronha é, também do tipo francês.

⁹¹ Nobre, Eduardo (2004). “As armas e os barões”. [S.l.]: Quimera. p. 132



Figura 6 SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira. (finais do século XVII- Inícios do século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Esta arma é provável ser de origem portuguesa, segundo o trabalho do Dr. Mário Peneda. Apresenta um cão semelhante ao do fecho de molinhas ou de nó, embora com a mola disposta como no fecho francês, com coronha portuguesa. Levanta-mos a hipótese que o fecho possa ter sido uma cópia de um fecho francês ou uma conversão. Foi produzida entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX



Figura 7 SCR- CMA - Bacamarte com fecho de pederneira à francesa. (1790-1830) Fotografia de Susana Guimarães

Este bacamarte apresenta uma coronha do tripo francês, bem como um cão e fecho do mesmo tipo. É provável ter sido produzido entre 1790-1830.

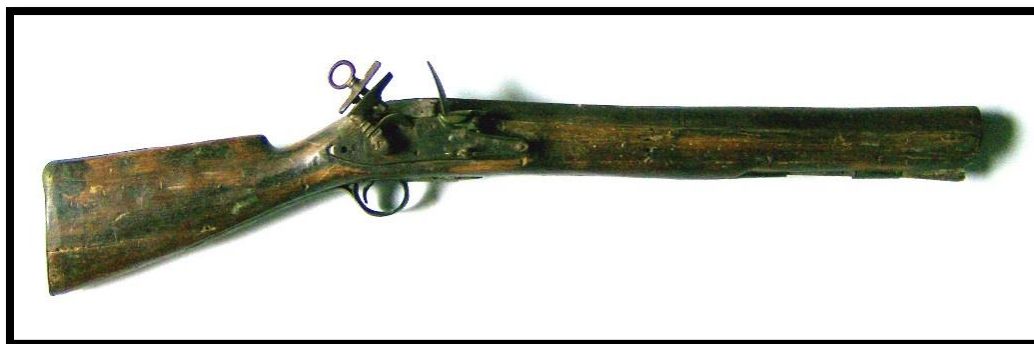


Figura 8 SCR-CMA - Bacamarte com fecho de Pederneira. (finais séc. XVIII-início Séc. XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Segundo o Dr. Mário Peneda esta arma de fogo apresenta componentes de fechos diferentes, ou seja, considera que a platina e o cão eram de um fecho miquelete e a mola é a francesa. O mesmo afirma que era algo usual na época construírem bacamartes a partir de armas de caça ou encontradas nos campos de batalha. A coronha também é do tipo francês. Podemos situar esta arma nos finais do século XVIII e inícios do Século XIX.



Figura 9 SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira (Séc. XVIII-início Séc XIX). Fotografia de Susana Guimarães

Bacamarte com fecho de nó e cão de patilha. A coronha é de origem ibérica/portuguesa, armas provavelmente fabricada em Portugal, entre finais do século XVIII até inícios do século XIX.



**Figura 10 SCR-CMA - Bacamarte com fecho de pederneira (séc. XVIII - séc. XIX).
Fotografia de Susana Guimarães.**

É provável que o fecho deste bacamarte seja uma imitação portuguesa, uma vez que, embora, seja do tipo francês, apresenta um cão do tipo inglês. A coronha é do tipo francês, portanto, é provável que seja dos finais do século XVIII e inícios do século XIX.



**Figura 11 SCR-CMA - Bacamarte com fecho de percussão convertido.
Fotografia de Susana Guimarães**

Este bacamarte tem coronha francesa, com um fecho de percussão convertido. Foi fabricada com fecho de pedreneira por volta dos finais do século XVIII e inícios do século XIX, tendo sido, durante o século XIX, convertida para um fecho de percussão. O cão foi substituído por um cão de martelo e a caçoleta pela chaminé.



Figura 12 SCR-CMA Bacamarte com fecho de percussão convertido. Fotografia de Susana Guimarães

Mais um bacamarte com fecho de percussão convertido. A coronha é do estilo ibérico.



Figura 13 SCR-CMA - Bacamarte de percussão convertido. Fotografia de Susana Guimarães

Tal como os anteriores, o fecho deste bacamarte resulta de uma conversão. A coronha é francesa, que nos indica que foi produzido entre o século XVIII e o início do século XIX, com a conversão a ser feita após 1830.

2.1.2. Carabinas

As Carabinas são armas mais pequenas que os mosquetes ou espingardas, por norma tem cano com alma estriada, como por exemplo, as *Bakers* utilizadas pelas Companhias de Atiradores dos Batalhões de Caçadores, na Guerra Peninsular. A presente coleção apresenta duas carabinas, a primeira sendo um exemplar do modelo *Jennings* e a outra uma espingarda de infantaria *Enfield Short Rifle Musket (SRF)*.



Figura 14 SCR-CMA "*Smith-Jennings's Rifle*" (1849-1852). Fotografia de Susana Guimarães

Esta carabina de repetição e depósito titular, é da autoria de Lewis Jennings e trata-se de uma segunda versão fabricada a partir de 1849 que durou até 1852. Fabricas Windsor, Vermont, pela fábrica *Robbins & Lawrence*, é considerada uma das percussoras da *Winchester M1866*. Entre 1848-1852 só foram fabricadas algumas centenas de armas.⁹² Esta arma é decorada e tem a inscrição "*Patent 1848(B) RIXON AGENT, NEW YORK*"

⁹² Walter, John (2006). "Rifles of the World". Iola, Wisconsin: Krause Publications. pp. 189-190



Figura 15 SCR-CMA "Enfield Short Rifle Musket, de 1869. Fotografia de Susana Guimarães.

Fabricada em 1869, é uma carabina de percussão, inglesa, fabricada na Torre de Londres, como prova a marca "TOWER". Arma militar, utilizada pelo Exército Britânico e por diversos exércitos mundiais. Portugal, na década de 1850, adquire este tipo de armas para o seu exército, tendo começado a recebe-las em 1860.⁹³ Apresenta uma marca "L.H." na coronha.

⁹³ Marques Pinto, Major-general Renato Fernando (Dezembro de 2009). "As Indústrias Militares e as Armas de Fogo Portáteis no Exército Português". N^o2495

2.1.3. Clavinas

As clavinas, termo exclusivamente português, surgiram no século VII para a cavalaria, sendo usadas mais tarde para defesa pessoal da artilharia, cadetes das escolas, soldados de baixa estatura, corpos médicos. Tinham alma lisa e cano curto. Na presente coleção existem 6 armas deste tipo.



Figura 16 SCR-CMA – Clavina com fecho de pederneira (séc. XVIII-XIX). Fotografia de Susana Guimarães

Clavina com fecho de pederneira fabricada em Inglaterra entre o século XVIII e a primeira metade do século XIX. O fecho é do tipo francês, mas o cão é do tipo inglês, apresenta duas marcas na platina, uma atrás do Cão – “TOWER” – e outra sob a caçoleta. Arma militar inglesa de cavalaria, uma vez que apresenta um gancho.



Figura 17 SCR-CMA - Clavina com fecho de pederneira. Fotografia de Susana Guimarães

Esta clavina tem um fecho à francesa, mas o cão não é francês nem inglês. O D. Mário Peneda propõem que se trata de uma imitação portuguesa. Coronha do tipo francês.



Figura 18 SCR-CMA - Clavina com fecho de pederneira. (finais Séc XVIII- início Séc. XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Clavina de pederneira com fecho inglês, apresenta duas marcas na platina sob a caçoleta – “G.R” (George Rex) – e outra por detrás do cão – “TOWER”. É arma militar, fabricada em Inglaterra, pertenceu às tropas Britânicas. A coronha apresenta uma chapa com uma marca – “R19 1ª nº16” -, provavelmente da unidade militar a qual pertenceu. Está em má condição de conservação. Coronha do tipo francês.



Figura 19 SCR-CMA - Clavina com fecho de percussão de conversão. Fotografia de Susana Guimarães

Clavina com fecho de percussão que resulta de uma conversão. É do tipo Belga, apresenta a marca do fabricante sobre o cano. A coronha é francesa. É dos finais do século XVIII – inícios do século XIX, tendo sido convertida nesse período.



Figura 20 SCR-CMA - Clavina de Percussão convertida. Fotografia de Susana Guimarães

Tal como a anterior, esta arma foi convertida para um sistema de percussão. Não possui marca do fabricante, a coronha é francesa. É provável ser dos finais do século XVIII - inícios do XIX, tendo sido convertida no século XIX.



Figura 21 SCR-CMA- Clavina de Percussão convertida - Susana Guimarães

Clavina Belga de percussão convertida, dos finais do século XVIII - início do século XIX, tendo sido convertida durante o século XIX. Apresenta bandoleira, tem marca do fabricante sobre o cano. A coronha é francesa.

2.1.4. Espingardas



Figura 22 SCR-CMA Espingarda Lazarina. Fotografia de Susana Guimarães

Espingarda de fabrico português, atribuída ao armeiro de Braga Lazaro Lazarino⁹⁴. Tem um fecho português de molinhas, tem uma alma lisa. Apresenta uma inicial na platina, entre o cão e a caçoleta. As espingardas *Lazarinas* eram procuradas para a caça em África e também por tribos africanas.⁹⁵ Apresenta um fecho português de molinhas, é uma arma de alma lisa, utilizada para caça de pequeno porte. Apresenta uma inicial na platina, entre o cão e a caçoleta.

⁹⁴ Armeiro dos finais do século XVIII, e Braga. Foi contratado pelas fábricas de Liége, os seus produtos eram apreciados em África. Fabricava maioritariamente armas de caça.

⁹⁵ Nobre, Eduardo (2004). “As armas e os barões”. [S.l.]: Quimera. p 210



Figura 23 SCR-CMA – SMLE "Lee-Enfield MKIII". Fotografia de Susana Guimarães

Espingarda SMLE *Lee-Enfield MkIII*, de calibre 7,7 mm, utilizada pelos Britânicos e pelo Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) na Grande Guerra. É datada de 1916, apresenta uma marca na culatra e na coronha, onde refere o modelo a que pertence e o ano de fabrico. É uma arma posterior a Marciano Azuaga.

2.1.5. Outros



Figura 24 SCR-CMA - Espingarda de Madeira. Fotografia de Susana Guimarães

Uma das duas espingardas de madeira oferecidas pelo Bispo de Argos e Prelado de Moçambique, D. António Moutinho, a Marciano Azuaga. Servia para treino das tropas indígenas, esta parece invocar a arma *Martini-Henry*, que era utilizada pela tropa colonial no final do século XIX.



Figura 25 SCR - CMA - Espingarda de Madeira. Fotografia Susana Guimarães.

Outra das armas de madeira oferecida pelo Bispo de Argus, D. António Martins, a Marciano Azuaga. Servia para treino das forças indígenas.



Figura 26 SCR-CMA - Resto de arma. Fotografia de Susana Guimarães

O que restou de uma arma de fogo dos finais do século XVIII – início do século XIX. Muito difícil saber se era bacamarte ou carabina/clavina. O fecho é à moda francesa e o cão do tipo inglês.

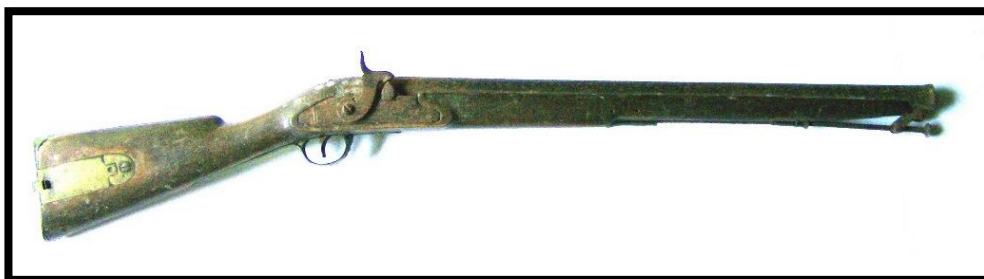


Figura 27 SCR-CMA - Arma de armeiro local. Fotografia Susana Guimarães

Segundo o Dr. Mário Peneda, trata-se de uma arma de armeiro local. A arma é composta por peça de diversas armas. A coronha terá pertencido a uma carabina inglesa do início do século XIX, o fecho é de percussão convertido, não tem ligação com a coronha. A boca do cano é ligeiramente larga, a arma

apresenta um gancho do lado esquerdo, que nos indica que poderá ter sido para uso de cavalaria.



Figura 28 SCR-CMA - Guarda Mato

Guarda mato, encontrado isolado. É provável ter pertencido a uma unidade militar, devido a uma marca que apresenta.

2.1.6. Pistolas

As pistolas são armas leves de cano curto. A invenção do fecho de roda, permitiu a criação de armas mais pequenas, com o intuito de substituir as armas brancas. Existem duas grandes teorias para o aparecimento e designação deste tipo de armas de fogo. Uma delas sugere que foram criadas em Itália, na primeira metade do século XVI, na cidade de Pistoia. A outra teoria atribui a criação destas armas aos habitantes do Reino da Bohemia, devido à existência de uma pequena arma de mão, conhecida pelo nome *pistala* ou *pipa*.⁹⁶ A coleção tem 18 pistolas divididas em militares e civis. As pistolas militares são 3, todas com marcas que as identificam.



Figura 29 SCR-CMA - Pistola Militar. (finais século XVIII – inícios Século XIX) Fotografia Susana Guimarães

⁹⁶ Blackmore, L. Howard (1964). "Firearms". Londres: Studio Vista Limited. P. 45 - 46

Pistola militar de percussão convertida. Apesar do martelo não se encontrar na arma, percebe-se que a arma foi convertida de um fecho de pederneira para um de percussão. Apresenta uma marca na coronha – “R1AB3”.



Figura 30 SCR-CMA - Pistola Militar. (Finais do século XVIII – Início Século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola de percussão convertida é datada do início do século XIX. Apresenta inscrições no guarda-mato – R2 E35 (possível interpretação - Regimento de Cavalaria 2, 3º Esquadrão, Soldado nº5).



Figura 31 SCR-CMA - Pistola Militar de Cavalaria (início século XIX). Fotografia de Susana Guimarães

Pistola inglesa dos finais do século XVIII – início do século XIX, apresenta um fecho pederneira do tipo francês, o cão é do tipo inglês. Apresenta a marca G.R. (George Rex) na parte superior da arma. Foi alvo de intervenção, com o Dr.

Mário Peneda a duvidar que o autor da intervenção tenha respeitado a forma original da coronha.



Figura 32 SCR-CMA - Pistola de percussão de dois tiros. (Século XIX)
Fotografia Susana Guimarães

Pistola de dois tiros, com fecho percussão belga.



Figura 33 SCR-CMA - Pistola de dois tiros de Percussão. (Século XIX)
Fotografia Susana Guimarães

Outra pistola de dois tiros de percussão, provavelmente fabricada na Bélgica, Liège, devido aos fechos centrais que apresenta.



Figura 34 SCR-CMA - Pistola de percussão de dois tiros. (século XIX)
Fotografia Susana Guimarães

Pistola de dois tiros de percussão. O fecho aparenta ser belga, datado do século XIX.



Figura 35 SCR-CMA - Pistola de percussão (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola de percussão de um tiro. O fecho é centralizado, belga. É datada do século XIX.



Figura 36 SCR-CMA - Pistola de Percussão. (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola de Percussão, com fecho belga. Datada do século XIX.



Figura 37 SCR-CMA - Pistola "pé de pato" (finais século XVIII) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola dos finais do século XVIII, de origem inglesa. O Fecho é de pederneira central inglês. Apresenta marcas na parte superior dos canos, onde data o seu fabrico, em *Birmingham* e outra marca *LONDON*, no lado esquerdo do fecho.

Estas armas eram famosas, de uso civil e devido a disparar quatro tiros em simultâneo eram temidas.



Figura 38 SCR-CMA - Pistola (finais século XVIII - Início século XIX)
Fotografia de Susana Guimarães

Esta pistola está em muito mau estado para poder identificar com precisão. Aparenta ser uma pistola pederneira dos finais do século XVIII e inícios século XIX.



Figura 39 SCR-CMA - Pistola de percussão. (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola de percussão da primeira metade do século XIX, a coronha é de origem francesa.



Figura 40 SCR-CMA - Pistola "Flobert" (Século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola *Flobert*, datada da primeira metade do século XIX. Fecho de percussão, com carregamento pela retaguarda, puxando o cão atrás.



Figura 41 SCR-CMA - Pistola de Percussão (finais século XVIII). Fotografia de Susana Guimarães

Pistola dos finais século XVIII. Originalmente era de pederneira, mas foi convertida para um sistema de percussão. Provavelmente era uma pistola de cavalaria, uma vez que apresenta um gancho.



Figura 42 SCR - CMA - Pistola de Percussão convertida (meados Século XIX) Fotografia Susana Guimarães

Pistola do início do século XIX, inicialmente de pederneira mas convertida para o sistema percussão.



Figura 43 SCR - CMA Pistola de Percussão Convertida (início do Século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola do início do século XIX, que originalmente, era de pederneira. Foi convertida para percussão.



Figura 44 SCR - CMA - Pistola de Pederneira (século XVIII)
Fotografia Susana Guimarães

Pistola com fecho de pederneira tipo francês, com um cão inglês.



Figura 45 SCR - CMA - Pistola de Pederneira (século XVIII)
Fotografia de Susana Guimarães

Pistola com fecho de pederneira, Miquelete, com cão de patilha. Aparenta ser datada do século XVIII, possivelmente dos finais do século XVII.



Figura 46 SCR - CMA - Pistola de Pederneira (século XVIII) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola de fecho de Pederneira, Miquelete, com cão de Patilha. Apareta ser datada dos meados do século XVIII



Figura 47 SCR - CMA - Pistola de percussão (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Pistola de percussão, do século XIX. Apresenta um gancho para transportar a cavalo.

2.1.7.Revólveres

A coleção só apresenta 3 revólveres, um de transição, um de antecarga e outro de bolso. Os revólveres são armas de fogo de repetição, surgem após a invenção do sistema de percussão, no século XIX. É uma evolução da pistola de 4 a 6 canos, conhecidas como “pimenteiros” devido à sua forma. É o americano Samuel Colt (1814-1862) que aperfeiçoa e desenvolve este tipo de armas. Projetou um arma onde possuía um só cano, em vez dos 4 a 6 canos, um tambor com um conjunto de camaras que se alinhavam com o único cano. Esta evolução permitiu que outros armeiros desenvolvessem estas armas de fogo.



Figura 48 SCR - CMA - Revólver de Transição. (Século XIX)
Fotografia de Susana Guimarães

Revólver de transição, provavelmente, da década de 1850.⁹⁷

⁹⁷ “Guias de Armas de Guerra - Revólveres” (s.d.).São Paulo: Nova Cultural. P. 8



Figura 50 SCR - CMA - Revólver (século XIX) Fotografia de Susana Guimarães

Este revólver de antecarga, percussão e de pólvora negra, aparenta ter sido fabricado entre 1850 e 1860, uma vez que o único sistema de retrocarga para revólveres era o sistema *Lefauchaux*. Não usa cartucho de retrocarga. A munição e a pólvora eram comprimidas na câmara com o socador que dispõe por debaixo do cano.



Figura 49 SCR - CMA - Revólver de bolso (século XIX) Fotografia de Rui Ferreira

Revólver de Bolso, dos finais do século XIX. É de retrocarga, que usava cartuchos metálicos, dispondo de uma vareta para retirar os invólucros. O Cão é interno e apresenta uma marca à frente do tambor com as iniciais “L.A.M.”, que pertencia a um armeiro belga, natural de Liége, chamado Leopold Ancion-Marx.

2.1.8.Munições

Cartuchos



Figura 51 SCR - CMA - Cartucho de Transição. (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Cartucho de transição, possivelmente das primeiras tentativas de reunião da bala, pólvora e escorva. O Fulminante encontrava-se na base de letão.

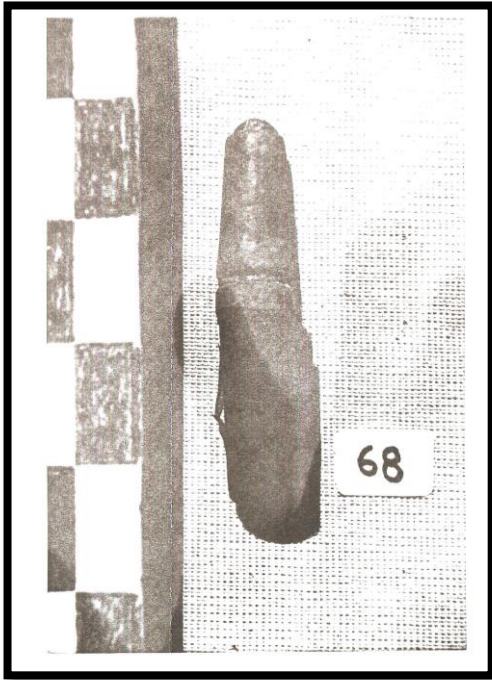


Figura 52 SCR-CMA - Cartucho de Papel (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Cartucho de papel da Espingarda de Infantaria francesa Chassepot m1886.



Figura 53 SCR-CMA - Cartucho Metálico (Século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Cartucho metálico de percussão central.



Figura 54 SCR - CMA - Lâmina Carregadora de cinco cartuchos
Fotografia de Mário Peneda

Lamina carregadora de cinco cartuchos, provavelmente de *Mauser M/1984*, que equipa as forças brasileiras no final do século XIX.



Figura 55 SCR - CMA - Cartucho agulha (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Cartucho de agulha para armas que utilizem o sistema *Lefauchaux*



Figura 56 SCR - CMA - Cartucho metálico (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Cartucho metálico de percussão central



Figura 57 SCR - CMA - Cartuchos metálicos (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Cartuchos metálicos de percussão central, provavelmente para espingardas
Mauser M/1984.



Figura 58 SCR - CMA - Cartucho metálico (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Cartucho metálico de percussão central, também é provável ter pertencido a uma *Mauser*.



Figura 59 CMA - Cartuchos metálicos (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Cartucho metálico de percussão central, é provável que tenha municiado Metralhadoras Pesadas *Maxim m/1895*, ou a uma *Boxer MKIII*.



Figura 6o SCR - CMA - Cartucho metálicos (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Cartucho metálico de percussão central, pelo estado da mesma é difícil precisar qual arma terá pertencido.

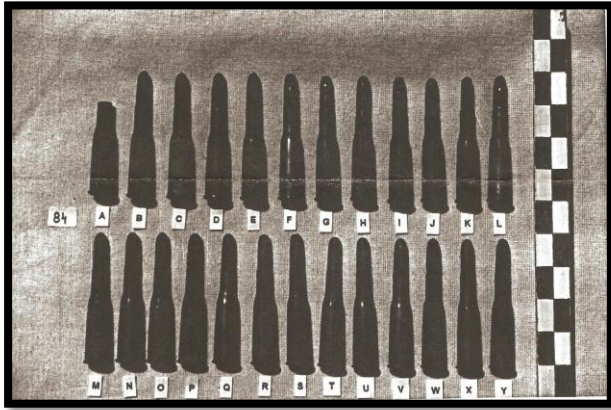


Figura 61 SCR - CMA - Conjunto de Cartuchos (Século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Conjunto de cartuchos de percussão central, que pertenceram a uma espingarda *Kropatschek*. Esta espingarda de ferrolho foi desenvolvida por um oficial Austríaco do mesmo nome. Em 1878 ganhou o concurso para equipar a Marinha francesa, com o calibre 11. As espingardas *Kropatschek* usavam um depósito tubular para 8 cartuchos por debaixo do fuste. Em 1879, Portugal encomenda cinco espingardas para testes. A escolha para armar o Exército recaí para a espingarda de tiro simples *Castro Guedes*, porém quando o contrato desta não se concretiza, Portugal adquire 46 000 espingardas *Kropatschek*.⁹⁸

⁹⁸ Telo, António José & Álvares, Mário (2004). Armamento do Exército Português, Vol. I – Armamento Ligeiro”. Lisboa: Prefácio pp. 73-74



Figura 62 SCR - CMA - Cartucho metálico (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Cartucho metálico de percussão central, provavelmente de uma *Mauser m/1894*.

Projéteis



Figura 63 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Projétil de origem francesa, do tipo *Minié*, datado de 1850.

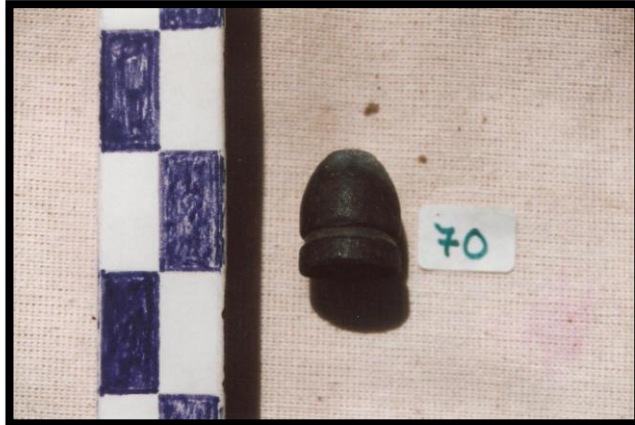


Figura 64 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Projétil do tipo *Nessier*, meados do século XIX



Figura 66 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda



Figura 65 SCR - CMA - Projétil (século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Projéteis do tipo *Pitchott* para a *Enfield m1853*, fabricados entre 1850 e 1860



Figura 67 SCR - CMA - Projétil (Século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Projétil de uma munição de uma arma *Tamisier* do século XIX.



Figura 68 SCR - CMA - Projétil (Século XIX) Fotografia de Mário Peneda

Projétil do tipo *Nessier*



Figura 69 SCR - CMA - Projétil (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Projétil do tipo prussiano, do século XIX.

Invólucros

O Invólucro é um componente dos projéteis. Pode ter várias formas – cilíndrico, cônico ou em forma de garrafa. Também pode ser de latão, plástico ou cartão. O invólucro permite que os componentes necessários ao disparo estejam numa só peça.



Figura 70 SCR - CMA - Invólucro de cartucho (século XIX)
Fotografia de Mário Peneda

Invólucro e cartucho de salva.



Figura 71 SCR - CMA – Invólucros Fotografia de Mário Peneda

Dois invólucros, provavelmente, de uma *Mauser-Vergueiro*. Apresentam uma marca na base – “F.N.M.” (Fábrica Nacional de Munições).

2.1.9. Boca-de-fogo



Figura 72 SCR - CMA - Boca-de-Fogo ou peça (século XVIII-XIX)
Fotografia de Susana Guimarães

Esta Boca-de-Fogo, segundo o inventário, foi encontrada na Avenida Diogo Leite, próximo à Rua de França. É possível ter pertencido às tropas Miguelistas, na altura do Cerco do Porto. Foi fabricada entre o século XVIII e o Século XIX.

Pelouros



Figura 74 SCR - CMA Pelouro de Pedra
Fotografia de Mário Peneda



Figura 73 SCR - CMA Pelouro de Pedra
Fotografia de Mário Peneda

O Pelouro de Pedra do lado direito seria para uma boca-de-fogo com calibre bastante reduzido. O do lado esquerdo também usado para artilharia.



Figura 75 SCR - CMA – Projéteis
Fotografia de Mário Peneda

Projéteis encontrados na Serra do Pilar.

Granada



Figura 76 SCR - CMA – Granada Fotografia de
Mário Peneda

Estamos presentes a uma Granada, ou seja uma bala oca de ferro.

Projeteis



Figura 77 SCR - CMA - Projétil de Percussão
Fotografia de Mário Peneda

Projétil de percussão com espoleta do tipo *Schneider-Canet* de duplo efeito. É regulada para disparar após um período de tempo, ou se bater num obstáculo. Dr. Mário Peneda, no trabalho, conclui que pertenceu a um canhão rápido de campanha, de 7,5 cm. O modelo seria o de 1897, de origem francesa – *Schneider-Canet*, que equipa o C.E.P. na Grande Guerra.



Figura 78 SCR - CMA - Projétil de Percussão
Fotografia de Mário Peneda

Projétil de percussão, que apresenta uma inicial “P” na espoleta. É provável que tenha pertencido a uma peça-revólver.



Figura 80 SCR - CMA – Projétil
Fotografia de Mário Peneda



Figura 79 SCR - CMA – Projétil
Fotografia de Mário Peneda

Projéteis sem espoleta.

2.1.10. Acessórios

Isqueiros



Figura 81 SCR - CMA – Isqueiro
Fotografia de Mário Peneda

Isqueiro de difícil análise, devido ao formato que apresenta.

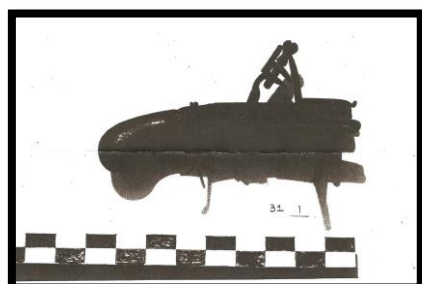


Figura 82 SCR - CMA – Isqueiro
Fotografia de Mário Peneda

Aparenta ser um isqueiro, ou provador de pólvora ou pistola de conseguir lume. Servia para inflamar rastilhos de pólvora.

Polvorinhos



Figura 83 SCR - CMA - Polvorinho de Chifre
Fotografia de Mário Peneda

Polvorinho de chifre, em mau estado. Polvorinho serviam para transportar pólvora.



Figura 84 SCR - CMA - Polvorinho de Madeira Africana Fotografia de Mário Peneda

Polvorinho de madeira africana.

Baioneta

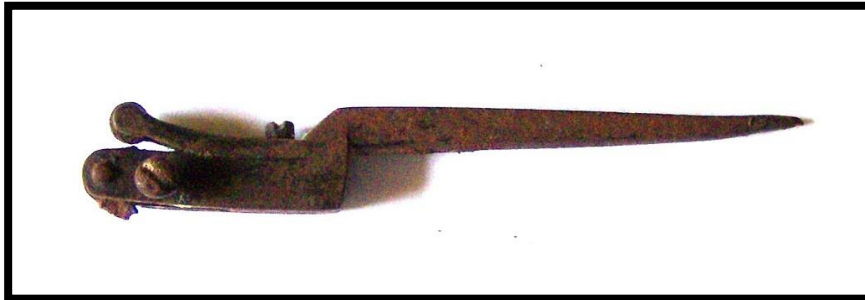


Figura 85 SCR - CMA - Baioneta de Mola Fotografia de Susana Guimarães

Baioneta de mola para revólveres ou pistolas, segunda metade do século XIX.

Cartucheira



Figura 86 SCR - CMA – Cartucheira
Fotografia de Mário Peneda

Cartucheira de couro de África, no interior encontra-se quatro estojos em madeira para pólvora e quatro chumbos.



Figura 87 SCR - CMA - Cartucheira de Couro
Fotografia de Mário Peneda

Cartucheira de couro de Timor.

Coronha e fecho de uma arma



Figura 88 SCR - CMA - Coronha e Fecho de uma Arma Fotografia de Susana Guimarães

Coronha e fecho de uma arma, que foi encontrado numa quinta próxima ao Solar dos Condes de Resende. É muito posterior a Marciano Azuaga. O fecho é de percussão. É possível ter sido uma arma de alarme.

Pequeno Canhão



*Figura 89 SCR - CMA - Pequeno Canhão
fotografia de Susana Guimarães*

É provável que este pequeno canhão fosse usado para aviso.

3. COLEÇÃO DE ARMAS DA CASA MUSEU MARTA ORTIGÃO SAMPAIO

Esta breve apresentação das armas de fogo da coleção da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio é feita tendo em conta o trabalho realizado em 2015, por nós, que incidiu sobre a coleção de armas da casa museu. Deixamos de parte as armas brancas e as peças de armadura e esporas, uma vez que não está presente na outra coleção, embora as apresente armas brancas, mas uma vez que esse estudo não está publicado e não tivemos acesso ao mesmo, só apresentaremos as armas de fogo.

3.1.1. Acessórios

Polvorinhos



Figura 90 Polvorinho de Chifre séc. XVIII fotografia de Rui Ferreira

Este polvorinho de chifre, possivelmente do século XVIII. Com duas peças metálicas, uma para transporte e outra em forma de roseta.



Figura 91 Polvorinho de Chifre Século XVIII Fotografia de Rui Ferreira

Polvorinho de chifre, com abertura por sistema de dobradiça e uma peça metálica para transporte. Pela forma é para ser usada pela cavalaria. Possivelmente do século XVIII

Baioneta



Figura 92 Baioneta séc. XVIII- XIX fotografia de Rui Ferreira

Baioneta de Caça dos finais do século XVIII inícios do século XIX. É provável ter sido usada para caça, devido às características que apresenta. A lâmina é de origem alemã, com inscrições, o punho é em Pau-santo, a guarda é em prata, com adorno em forma de malmequer. A bainha de couro forrada em madeira, também com adornos vegetalistas.

3.1.2. Bacamartes



Figura 93 Bacamarte Otomano séc. XVIII-XIX Fotografia de Rui Ferreira

Esta coleção tem um bacamarte origem turco, tem um fecho de pederneira, com o corpo em madeira e o cano em ferro e com adornos em árabe, no corpo e no cano da arma. Aparenta ser datada entre o século XIII e o XIX.

3.1.3. Espingardas



Figura 94 Espingarda Árabe séc. XVIII-XIX Fotografia de Rui Ferreira

Esta espingarda pelas características gerais dela, desde a forma da coronha, aos adornos na arma, o cano longo e liso, aparenta ser originária do médio oriente e dos séculos XVIII-XIX.



Figura 95 Espingarda de caça de dois tiros de percussão de 1809 Fotografia de Rui Ferreira

Sabemos que esta espingarda de caça de dois tiros de percussão foi adquirida no “Bazar dos Caçadores” no Porto e foi fabricada na fábrica “Dresse Laloux & comp. Liège”, devido às inscrições presentes na arma. É de duplo tiro, ou seja cada cano tem um gatilho específico.



Figura 96 Espingarda de Caça Portuguesa 1819 Fotografia de Rui Ferreira

Graças às inscrições presentes na arma é possível saber a origem da arma. Foi fábrica no Rio de Janeiro, na Fábrica Real da Conceição, em 1819, pelo armeiro António José de Freitas. Apresenta o Brasão Real no gatilho, indicando que pertenceu à família real portuguesa.



Figura 97 Moukhala Anglo-tunisina séc. XVIII-XIX Fotografia de Rui Ferreira

É uma arma bastante difícil de datar. O fecho é “Snaphaunce”, usado no Norte de África, desde os finais do século XVI até ao século XIX. A existência de armas parecidas a esta, datadas dos finais do século XVIII a inícios do século XIX, aponta-nos que esta arma seja dessa altura. Este tipo de espingardas, da zona do Magreb, dá-se o nome de Moukhalas, existindo variantes. Trata-se de um Anglo-tunisina devido à coronha triangular, delgada e curta. A arma apresenta adornos de motivo vegetal, nomeadamente nos anéis em latão presentes no cano da Moukhala.



Figura 98 Moukhala Marroquina Fotografia de Rui Ferreira

Esta peça é uma variante da Moukhala, é de origem marroquina. As de origem marroquina tem uma coronha mais convencional, ao contrário das Anglo-tunisinas. É também bastante idêntica aos fuzis e mosquetes italianos dos finais do século XVII. A coronha é formada com osso, existe vários elementos decorativos ao longo da arma, também anéis de latão ao longo do cano.

3.1.4.Outros



Figura 99 Arma de gatilho encavalado Fotografia Rui Ferreira

Esta arma encontra-se nesta categoria, por não sabermos onde a enquadrar. Tem forma de baleia, com adornos a acompanhar. Pelo aspeto da coronha e do fecho aparente ser de origem europeia. Poderá ter sido uma arma de armadilha, que disparava se alguém tropeçasse num fio, mas o gatilho de puxar com o polegar, também nos indica que podia ter sido uma arma improvisada por cocheiros, para disparar pela anca ou lateralmente apoiando com o braço oposto.



Figura 100 Fecho de pedreira norte africano (North African Toe lock) Fotografia de Rui Ferreira

Este fecho de pederneira de origem norte africana é uma imitação do miquelete, pelo tamanho indica-nos que se trata de um fecho para mosquete ou carabina, apresenta vários adornos.

3.1.5. Pistolas



Figura 101 Pistola de Bolso séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira



Figura 102 Pistola de Bolso séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira

Estas armas são pistola de bolso, de percussão, do século XIX. São de uso civil e também são de um só tiro. Ambas apresentam adornos vegetais e o cão tem a forma de peixe.



Figura 103 Pistola de Coroa de Ovo pequena séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira

Esta pistola portuguesa, provavelmente fabricada em Braga, com um fecho à espanhola, porém desproporcional em relação à arma. Apresenta adornos dourados na coroa e na platina.

3.1.6.Revólveres



Figura 104 Revolver Adams Tranter séc. XIX Fotografia de Rui Ferreira

A este modelo falta a proteção de punho e o bico de galo. É dos meados do século XIX, foi fabricado em Inglaterra, provavelmente em Londres.



Figura 105 Revolver de transição Cogswell séc XIX Fotografia de Rui Ferreira



Figura 107 Revolver de transição Cogswell séc XIX Fotografia de Rui Ferreira

Estes revólveres de transição, também conhecidas como “pepperbox”, foram fabricados pela fábrica “Cogswell & Harisson”, como tal são de origem britânica. Os canos são octogonal, para disparar usa um sistema de percussão e ambas apresentam adornos de motivo vegetativo.



Figura 106 Revolver Americano Smith and Wesson 1867 Fotografia de Rui Ferreira

Revólver fabricado, em 1867 pela fábrica Smith and Wesson, sediada em Springfield, Massachusetts. Segundo as marcas nas armas trata-se de um revólver “22 rt short”, modelo “122 457” (modelo m^o1 segunda série), de 7 tiros. Pelo calibre e tamanho é uma arma de uso civil.

3.2. ANÁLISE DAS DUAS COLEÇÕES

A primeira grande diferença das coleções é a quantidade de ambas. As peças pertencentes ao espólio do Solar dos Condes de Resende tem maior quantidade que as da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio.

Ambas as coleções fazem parte da conservação privada/social, ou seja, ambas as coleções começaram por ser espólio privado - Marciano Azuaga e Vasco Ortigão Sampaio - passando para o público, no Solar dos Condes de Resende e na Casa Museu Marta Ortigão Sampaio.

Embora os colecionadores já foram referidos anteriormente no trabalho, num breve texto que fala da vida de ambos, é importante referir as diferenças da forma que ambas coleções saíram do espólio privado para entrar no público.

Começando com Marciano Azuaga, que doou a sua coleção à Câmara Municipal de Gaia no ano do seu falecimento, com o fim de ser partilhada e estudada por todos. Como tal, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia cria o Museu Marciano Azuaga, que passado uns anos fecha. Com o fecho do museu as peças vão para o Quartel da Serra do Pilar. Com a aquisição e renovação do Solar dos Condes de Resende pela Câmara Municipal Vila Nova de Gaia, a coleção passa definitivamente para esse lugar.⁹⁹

O mesmo não se passou com as armas de Vasco Ortigão Sampaio. A coleção passa para o domínio público, quando a filha Marta Ortigão, em 1978, doa todo o espólio da família à Câmara Municipal, com o fim de se criar um Museu. Embora Vasco Ortigão fosse patrono de diversos artistas portuenses, e financiar diversas exposições na cidade, não deixou, pelo menos que se saiba, diretivas para partilhar a sua coleção com o público.¹⁰⁰

⁹⁹ Peneda, Mário (1994). "Seminário de Património Móvel: Armas de Fogo da coleção Marciano Azuaga". Universidade Portucalense departamento de ciências históricas

¹⁰⁰ Ferreira, Rui (2015). Coleção de Armas da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio. Relatório de Estágio.

As coleções tem gostos diferentes, as armas de fogo da coleção da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio são mais exóticas que as da coleção Marciano Azuaga, exemplo disso são as armas árabes e o bacamarte turco. Tal pode dever-se ao meio social e cultural a que pertencia Vasco Ortigão Sampaio.

Grande maioria das armas de fogo presentes são adornadas com motivos vegetais e animais, com exceção da pistola portuguesa, a “Smith and Wesson” e a espingarda de caça de duplo tiro. Tendo em conta as características da “Smith and Wesson” e a espingarda de caça, podem ter sido armas pessoais de Vasco Ortigão Sampaio.

Nas armas da coleção Marciano Azuaga, existe uma preponderância militar. Embora existam armas civis, maioritariamente nas pistolas, a grande maioria são do tipo militar e de origem inglesa.

É importante referir que, apesar de não ser um aristocrata, como Vasco Ortigão Sampaio, Marciano Azuaga conhecia pessoas com importância na época, como o Bispo de Argos e Prelado de Moçambique, D. António Moutinho¹⁰¹, que ofereceu as espingardas de madeira. Sabemos que a coleção Marciano Azuaga tem peças obtidas após a morte de Marciano Azuaga, como por exemplo a SMLE “Lee Enfield MkIII”, 7,7 mm, de 1916. Não conseguimos saber se Marciano Azuaga tinha armas pessoais.

As peças foram afetadas pelo tempo, acabando por não estar nas melhores condições. Houve intervenções nas armas da coleção Marciano Azuaga, além, no menta da realização deste trabalho, estarem protegidas com acesso restrito. O mesmo acontece com as pelas pertencentes à Casa Museu Marta Ortigão Sampaio.

¹⁰¹ D. António Moutinho (1862-1915) foi apontado Bispo Titular de Argos e Prelado de Moçambique em 1901.

CONCLUSÕES

Este trabalho focou-se num estudo comparativo da coleção de armas de fogo Marciano Azuaga e da coleção de armas de fogo da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio. A nossa intenção nesta dissertação foi de procurar encontrar semelhanças e diferenças entre ambas, proximidades e distâncias.

Conscientes das dificuldades na realização desta dissertação, uma vez que a ideia inicial seria abranger também a coleção de armas Manuel Francisco Araújo, que está depositada no Museu Militar do Porto, tal não foi possível porque infelizmente este museu não teve possibilidade de nos receber e de garantir tudo o que fosse necessária. A impossibilidade de analisar, também, as armas brancas da coleção Marciano Azuaga deveu-se ao facto do estudo recente feito por um especialista, Juiz Desembargador Manuel Rato, não estar disponível para nós e por outro lado, considerou-se que seria mais eficaz restringir o estudo às armas de fogo, com um valor patrimonial mais diverso e abrangente do que as armas de lâmina.

Apesar destes obstáculos, logrou-se chegar aos objetivos que nos propusemos, concretizar tanto como um trabalho de natureza académica, mas também como um contributo mais para a divulgação deste Património.

Muito ficou por dizer, e era nossa intenção levantar questões prementes e tentar encontrar respostas.

- Será que os colecionadores se conheciam?
- Tiveram algum contacto entre si?
- Será que Marciano Azuaga caçava ou tinha alguma arma de defesa?
- Será que a “Smith and Wesson” e a espingarda de caça de dois tiros da coleção da Casa Marta Ortigão Sampaio foram armas pessoais de Vasco Ortigão Sampaio? Qual o motivo que levou os dois a colecionarem armas?

Algumas das questões são de difícil resposta, e só nos resta supor, uma vez que estando relacionadas diretamente com os colecionadores, só eles é que poderiam responder ou deixar pistas, que neste caso concreto não aconteceu.

Para compreender os enquadramentos das armas presentes nas coleções e tentar aproximarmo-nos da mentalidade da época vivida por ambos os colecionadores, era necessário fazer uma contextualização histórica e técnica. Estando a História ligada entre si, é essencial encontrar um início, um ponto de partida. Esse início está nas armas presentes em ambas as coleções, não fazendo sentido efetuar uma contextualização, começando numa época muito antes ou já muito posterior. A nossa perspectiva foi começar num ponto da História onde existiu a possibilidade destas armas terem participado. Também buscamos saber até que ponto a mentalidade da época teria influenciado estas duas personalidades a construir as suas coleções de armas. Daí termos começado com a Restauração de 1640, e termos analisado e explicado o desenvolvimento das armas junto aos eventos que consideramos pertinentes da História de Portugal.

Embora não analisando profundamente a ornamentação das armas (o que daria outro trabalho autónomo), nomeadamente o seu desenvolvimento ao longo do tempo, reconhecemos a sua importância e levantamos a possibilidade de ter sido uma das razões para a existência da coleção de armas da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio, mais evidente do que na coleção Marciano Azuaga. A ornamentação das armas começa a aparecer em meados do século XVI. Um dos exemplos mais relevantes é o par de pistolas de duplo fecho de roda, oferecidas ao Imperador Carlos V. A decoração das armas está associada à importância e à riqueza de quem as possuía. Estas armas decoradas eram consideradas obras de arte (master pieces), entrando nas coleções de arte da aristocracia, e serviam também de faustosas ofertas, em manobras de alta política, e por vezes com profundos significados simbólicos.

Os artistas responsáveis pelo embelezamento das armas não eram livres de fazerem o que entendessem porque, apesar do propósito principal ser de ornamentação, estas armas tinham que ser capazes de disparar como qualquer

outra, não sacrificando a eficácia à decoração. Como referido, existe um lado simbólico ligado à decoração das armas. Algumas culturas acreditam que as armas ao terem certos símbolos religiosos, místicos, ou esotéricos, darão um poder mágico à arma e ao utilizador da mesma, reivindicar poder, demonstrar as suas crenças religiosas, a sua sofisticação e educação.

Ao analisarmos ambas as coleções, apercebemo-nos de que as armas do início do século XIX têm uma larga maioria de origem inglesa, e à medida que avançamos no século, constatamos que começam a surgir armas de influência centro-europeia, nomeadamente alemãs. A razão dessa evolução e influência no contexto das duas coleções foi plasmada na contextualização histórica e técnica. Destacamos a importância da Guerra Peninsular, uma vez que até então, o fabrico do armamento português era quase todo realizado em Portugal, no Real Arsenal do Exército, que tinha sido reconstruído em 1764.

Durante esta guerra, com a retirada da Corte Portuguesa para o Brasil, com ela foram muitos dos principais responsáveis, mestres e artífices do Arsenal Real do Exército, não restando outra alternativa aos ingleses do que serem eles a armar o Exército Português aquando as Invasões Napoleónicas.

Durante o século XIX, Portugal tem um ligeiro atraso sobre a Inglaterra na adoção de novas armas, o que não seria estranho, dado o atraso no arranque industrial nacional. O problema é que a própria Inglaterra estava atrasada cerca de dez anos, em relação aos outros Exércitos europeus.

Durante este século, principalmente a partir de 1867, a maioria do armamento, do equipamento e peças, começaram ser importadas de outras partes da Europa, nomeadamente da Bélgica e França. A partir de 1886 grande parte do armamento ligeiro do Exército é proveniente do império austríaco, com a chegada das Kropatschek e das Mannlicher. Com a renovação militar promovida por D. Carlos, no final do século XIX e inícios do século XX, o armamento ligeiro passa a vir da Alemanha, com as espingardas Mauser e a transformação Vergueiro, e da França no caso da artilharia, com as peças Schneider-Canet M/1904 7,5 cm. Com a Primeira Guerra Mundial, Portugal

volta a receber equipamento proveniente de Inglaterra, nomeadamente as espingardas SMLE Lee-Enfield MkIII, de 7,7 mm.

Com o fim da Primeira Guerra, os armamentos e equipamentos das Forças Armadas Portuguesas são de origem alemã e inglesa.

Com base no que referimos anteriormente, concluímos que existe a possibilidade de algumas armas da coleção Marciano Azuaga, do início do século XIX, terem participado na Guerra Peninsular, tendo sido usadas por forças portuguesas ou inglesas, e tendo chegado, anos mais tarde, à posse de Marciano Azuaga.

Não podemos deixar de lado a legislação do armamento em Portugal, que influenciou, e ainda afeta de forma importante, o mundo das coleções de armas a nível nacional.

É essencial perceber a evolução ao longo dos séculos e conseguirmos verificar a influência inglesa e europeia nessa legislação.

Concordamos que é importante haver uma legislação sobre as armas, mas queremos levantar uma problemática no que toca às coleções desta natureza.

Em Portugal, no momento em que este trabalho está a ser realizado, existem seis associações de colecionadores de armas, devidamente credenciadas:

- Associação Portuguesa de Colecionadores de Munições;
- Mocas - Associação de Coleccionadores de Armas "Armas de História";
- Associação Açoriana de Colecionadores de Armas e Munições;
- Associação Portuguesa de Colecionadores de Armas;
- EFENEFALE - Associação de Colecionadores de Armas e Munições
- APPEAH - Ass. Port. Preservação e Estudo de Armas Históricas.

Para ser colecionador em Portugal é necessário uma licença especial atribuída pelo diretor nacional da PSP. Além da licença de colecionador é necessário a licença de uso de porte de arma. Curiosamente a licença de colecionador só pode ser concedida a maiores de 21 anos, e é-se obrigado a estar filiado numa associação de colecionadores, o que comporta custos elevados e tal pode ser proibitivo no caso de ser uma coleção herdada. Em

outras situações é necessária uma licença federativa, também com altos custos financeiros e burocráticos. Isto levanta uma questão, que achamos pertinente:

- Um jovem de 18 anos recebe de herança de um familiar uma coleção de armas. Ele não poderá receber, em termos jurídicos, essa coleção, uma vez que não tem a idade mínima para os procedimentos de Lei, incorrendo numa situação pouco confortável de ilegalidade.

Porque a legalização, além de implicar uma vasta burocracia, também requer custos cada vez mais elevados, sendo necessário uma renovação de licenças de 5 em 5 anos. Se alguém que herda uma coleção não tem capacidade financeira de cumprir com a legislação, quer nas licenças e mesmo na segurança, uma vez que para algumas armas é necessário condições próprias e visitas periódicas das autoridades responsáveis, quantas coleções de armas com interesse patrimonial não estarão escondidas?

Quantas armas, com interesse patrimonial ou simbólico, não terão sido destruídas por incumprimento da lei?

Temos que levantar a hipótese que alguns proprietários prefiram destruir as armas que herdaram, em vez de as entregar às autoridades.

Será que uma legislação tão restritiva não fomentará um mercado paralelo?

Queremos que este trabalho seja uma modesta contribuição para os estudos das coleções de armas que existem em Portugal. Sabemos da existência de outras coleções que não estão estudadas, como por exemplo, a coleção de armas que está na Unidade de Apoio da Direção de Serviços de Pessoal, no Quartel da Serra do Pilar e que necessita de um estudo aprofundado. Como esta existem outras, algumas delas escondidas em espólios privados que necessitam de estudo e de divulgação, e de sair da obscuridade de um armário.

GLOSSÁRIO

A

Alça – peça móvel e graduada para variar, segundo o afastamento do alvo, o ângulo que a arma faz com a linha de mira. (militar)

Armeiro – fabricante de armas

Acessório da armaria - qualquer ferramenta ou apetrecho, não pertencente a uma arma, mas que é necessário ao seu funcionamento ou manutenção.

Acessório de munição - qualquer ferramenta ou apetrecho, usado na manutenção de uma munição, mas não no seu funcionamento direto.

Aço - Liga de ferro e carbono (teor de carbono variável entre 0,008% e 2,000%). que pode conter, outros elementos residuais resultantes do processo de fabricação.

Adarme (caçadeiras- projéteis múltiplos) - é o número de esferas iguais provenientes de uma libra de chumbo. Há exceções: 9mm, 10mm, .410 que refletem o diâmetro do cano.

Arma branca - termo genérico que indica as armas feitas de metal e que causam danos pela ação de um gume ou ponta, sendo que a força motriz é somente humana. Contrapõe-se a arma de fogo, que arremessa o projétil impelindo-o por meios artificiais, usualmente químicos.

Arma de fogo - toda aquela que funciona mediante a deflagração de uma carga propelente, explosiva ou não, pela qual é lançado no ar um projétil.

Arma de fogo portátil - arma de fogo que pode ser transportada, manejada e operada por uma só pessoa.

B

Bacamarte - qualquer arma de fogo com a extremidade do cano mais larga do que a culatra.

Baioneta - termo genérico para a arma branca que se adapta na extremidade da arma de fogo, para o combate de choque. A verdadeira

baioneta não tem gume, ferindo somente pela ação da ponta. Hoje em dia esta arma é chamada de sabre pelo exército.

Bala - projétil esférico, alongado ou ogival com que se carregam as armas de fogo. Também usado para indicar o projétil e o cartucho juntos. Termo abandonado pelo exército hoje em dia.

Bala encadeada - projétil de artilharia lisa formado por duas balas rasas ou por uma bala rasa cortada em duas, sendo estas duas peças ligadas uma a outra por uma corrente. Usada contra massas de soldados ou velame de navios.

Bala Rasa - projétil de ferro sólido, esférico, disparada de canhões lisos. Durante algum tempo também se conheceram alguns projéteis sólidos de artilharia raiada como balas rasas.

Balim - bala pequena, esférica, normalmente sendo termo usado para indicar um dos componentes de projétil de fragmentação, como a lanterna e o shrapnel.

Balística - estudo do movimento dos projéteis e das consequências do seu impacto

Boca - "abertura por onde a bala entra e sai, na artilharia, no canhão e também no fuzil antigo".

Bomba - esfera de ferro fundido, oca, contendo pólvora. Lançada por um morteiro de artilharia lisa, arrebenta quando a espoleta de tempo comunica fogo à carga. Diferencia-se da granada de artilharia lisa por seu calibre maior e por ter duas alças ao lado do ouvido, por onde a bomba é suspensa, para o carregamento no morteiro.

Botafogo - "Pau que tinha na ponta o pedaço de morrão com que se lançava fogo à peça de artilharia".

Bronze - designação genérica de diferentes ligas à base do cobre. Na artilharia lisa o bronze era composto por cerca de 90% de cobre com 10 % de estanho, variando estas proporções em até 5 % do total, de acordo com o fundidor e com as impurezas da mistura.

C

Calibre - "diâmetro de uma arma de fogo, tamanho de sua boca". "Na artilharia lisa, foi também o peso do projétil em libras". No caso de canhões raiados o calibre é medido pelo diâmetro do círculo inscrito, ou seja, a menor medida do interior do cano

Calibres - comprimento da alma de uma boca-de-fogo expresso pelo número de diâmetros de sua boca que podem ser contidos ao longo da alma. Ou seja, mede-se o comprimento da alma, dividindo-se em seguida pelo calibre.

Cão – peça que, nas espingardas antigas, segurava a perdeneira e que, nas modernas, determina a explosão do cartucho do cartucho, percutindo a cápsula.

Capacete - proteção para a cabeça, metálica ou não.

Carabina - arma mais curta do que o mosquete de Infantaria de Linha

Carga - pólvora ou projéteis de armas de fogo. Termo também é usado em termos militares como uma investida militar violenta.

Cartucho - carga para uma arma de fogo, envolta em papel, cartão, pano ou folha metálica

Cano - tubo das espingardas

Clavina – Termo português de arma destinava exclusivamente à cavalaria, pelo pequeno comprimento.

Cobre-mira - acessório de armaria. Peça de couro ou metal, usada para proteger a alça de mira ou o mecanismo de uma arma de fogo (neste último caso, sempre é de couro).

Cocharra - "peça da palamenta, espécie de colher que recebe o cartucho e o leva à câmara das bocas-de-fogo que a possuem, servindo também para descarregar-la, e as vezes para limpar as paredes da alma, substituindo a rascadeira. Na outra extremidade de sua haste está o saca-trapos".

Cofre de munição - caixa de madeira ou metal onde se coloca a munição de uma arma automática, pronta para uso na arma.

Coldre - originalmente, sempre usado no plural - coldres - eram estojos de couro colocados nos lados da sela de um cavalo, para carregar o par de pistolas ou outro tipo de armas de um cavaleiro. Posteriormente passou a indicar um

estojo de couro ou outro material, preso ao cinto, para colocação de revólver ou pistola.

Coefficiente balístico - Rácio da densidade seccional da bala com o seu coeficiente de forma; representa a capacidade da bala ultrapassar a resistência do ar durante o voo. Varia consoante a velocidade

Coice da coronha – parte da coronha que encosta no ombro, normalmente em osso ou metal.

Cordel de limpeza (arma) - acessório de armaria. Tira de couro ou fibra vegetal, com uma peça metálica na extremidade, onde se prende uma escova ou outro acessório de limpeza. Usada nas armas de fogo para manutenção do interior dos canos, para não danificar o raiamento dos mesmos.

Coronha - parte da arma, geralmente de madeira, onde se encaixa o cano e por onde é empunhada

Culatra - "parte posterior e reforçada dos fuzis e canhões"

Cunhete de munição - caixote de madeira, metal ou matéria plástica, algumas vezes forrado internamente, em que se acondiciona a pólvora e cartuchame. Também conhecido simplesmente como cunhete.

D

Densidade seccional - Quociente entre a massa do projectil (g) e a secção máxima do projectil (cm²), também definido por outros como o quociente entre a massa do projectil em libras e o quadrado do seu diâmetro em polegadas. São coisas diferentes. Elevadas densidades seccionais dão penetrações elevadas. Evolução no sentido de menores densidades seccionais.

E

Escorva - "nome comum a todos os artifícios que se introduzem no ouvido de uma arma para comunicar fogo à carga".

Escova de limpeza (arma) - escova, normalmente com uma rosca em uma das extremidades para prender na vareta ou no cordel de limpeza, ou ainda, provida de uma haste, para limpeza do interior dos canos das armas.

Escovilhão - escova de cerdas grossas, presas a uma haste longa, usada para limpar a alma das bocas de fogo.

Escovinha - pequeno pincel, usado junto da agulheta, para limpar o ouvido das armas de pederneira.

Espada baioneta - baioneta com lâmina cortante, de dois gumes.

Espingarda - arma de fogo, de cano comprido, portátil, tendo mais de 1,2 metro de comprimento.

Espingardão - antiga peça de artilharia. Espingarda pesada, usada com forquilha em trincheiras ou amuradas de navios. Também chamada de esmerilhão.

Espoeteira - pequeno estojo de couro onde se guardavam as espoletas de uma arma de fulminante. O nome também designa um pequeno estojo colocado na coronha de algumas armas de fogo de caça, onde se guardavam espoletas.

Estojo (arma) - quando se trata de munição, o termo é o mesmo que cartucho.

Estojo de limpeza - caixa, de formato especial, contendo peças de limpeza de armamento.

Estopim - acessório de munição, antigamente era uma mecha de pano embebida em uma mistura de queima lenta, para transmitir fogo a carga, em um tempo específico. Depois passou a ser um tubo de papel, pena ou metal, com composição que queimava com velocidade programada.

Estriado - Cavado no cano, formando uma espiral. Daqui resultam dois diâmetros, o dos salientes (brocagem original) e dos cavados (fundo das estrias).

F

Ferro - metal, símbolo Fe, massa atômica 55,85. Em artilharia se empregaram o ferro forjado (quando o ferro do canhão era trabalhado a quente, por meio de golpes de martelo) ou o ferro fundido, quando este era aquecido até sua fusão, ligando-se com certa quantidade de carbono.

Fiador de arma - acessório de armaria. Cordão de couro, tecido ou outro material que, preso a arma, passava pela mão do operador, para que a arma não fosse solta acidentalmente.

Fuzil - peça metálica dos fechos de pederneira, que, ao ser percutida pelo cão com o sílex, produz faíscas que detonaram a escorva. Por extensão, toda arma com fecho de sílex. No Brasil, devido à influência francesa, o termo passou a indicar a espingarda de uso militar no final do século XIX.

M

Mecha - o mesmo que morrão. Pavio de fios torcidos, embebidos em produtos químicos que faziam com que o mesmo queimasse lentamente. Sua ponta, em brasa, era aplicada ao ouvido de armas para as disparar. Por extensão, todas as armas de fogo portáteis que usavam o morrão eram chamadas "de mecha".

Mosquete - arma de fogo semelhante a espingarda, porém muito mais pesada e de maior calibre. Por isso precisa de um apoio, geralmente uma forquilha, para ser usada.

Munição - "provisões de tudo que é necessário a um exército ou praça de guerra, como víveres, projéteis, armas portáteis, pólvora, cartuchos, ferramentas diversas, etc." Atualmente se entende como os elementos descartáveis que servem para o disparo de uma arma.

O

Ouvido – orifício pelo qual se comunica o fogo à pólvora nas armas de fogo-

P

Pala de boldrié - alça de couro ou metal que, presa ao boldrié, ao talim ou ao cinto, serve para suspender uma arma.

Passo de estria - Distância no interior do cano, necessária para que a espiral complete uma volta.

Pau-Santo – Madeira típica do Brasil.

Pique - arma de guerra composta de uma haste comprida de madeira guarnecida de um ferro chato e pontiagudo. Inicialmente tinha um grande

comprimento, chegando a ter cerca de cinco metros, porém foi sendo reduzida com o tempo, tornando-se no espontão.

Pistola - arma de fogo portátil, de cano curto, usada com uma só mão, podendo ser de tiro simples, de repetição, semiautomática ou automática, mas nunca com tambor ou canos rotativos.

Pólvora - "assim se denominam todo corpo que, sob uma influência qualquer, como seja a proximidade de outro corpo em ignição, ou outro meio qualquer, se decompõem e subitamente produz grande quantidade de gases".

Pólvora negra - tipo de pólvora formado pela mistura mecânica de salitre, enxofre e carvão de madeira em proporções variáveis. Existiam, basicamente, dois tipos, o polvorim e a pólvora granulada, formada por grãos mais grossos da mistura.

Polvorim - pólvora negra em pó, sem a formação de grãos, sendo muito fina e mais fraca do que a pólvora granulada.

Polvorinho - estojo em que se carrega a pólvora ou polvorim para carregar ou escorvar armas de fogo.

Porta-pano - acessório de armaria composto de uma haste, normalmente metálica, com um rasgo longitudinal, onde se colocam trapos, para limpeza do cano de uma arma. Normalmente o porta-pano é preso a uma vareta ou a um cordel de limpeza.

Projétil - "do Latim pro, para frente, e jectus, lançado; todo corpo arremessado no espaço por forte ímpeto; corpo lançado no ar com velocidade e direções tais que possam atingir a grandes distâncias seres vivos ou obstáculos materiais, inutilizando-os".

Propelente - elemento que serve como carga de projeção nas armas de fogo.

R

Raiada - "que tem raias ou estrias; oposto de liso".

Raias - "são caneluras ou estrias abertas na alma dos canhões e armas de fogo, tendo por fim guiar o projétil ao mesmo tempo que lhes imprimindo movimento de rotação em torno de seu eixo".

Rebrocada - diz-se da peça de artilharia que, após fundida e utilizada, teve sua alma alterada por uma nova passagem de uma broca, seja para colocar raias seja para aumentar-lhe o calibre.

Reparo - Suporte de uma arma de fogo, normalmente com dispositivos que permitem dar-lhe os movimentos necessários a execução da pontaria e, em certos casos, limitar-lhes o recuo e facilitar-lhes o transporte.

S

Saca-balas - acessório de armaria formado por uma peça metálica, com uma rosca para prender à vareta e pequenos ganchos na outra extremidade, servindo para remover balas de armas de carregar pela boca.

T

Taco - peça de madeira, palha ou corda, usada nas bocas de fogo de carregar pela boca para manter a carga e o projétil na alma servindo, ao mesmo tempo, para conter um pouco os gases da detonação.

Talabarte - alça de couro ou pano, usada presa a um ombro e indo terminar no cinto, onde prende uma arma branca

Tubo-alma - parte mais interior de um cano de boca-de-fogo, quando este é composto por diversos tubos (ou fretes). Na artilharia fundida é o mesmo que o cano do canhão.

V

Vareta - haste longa, de madeira ou metal, usada no carregamento das armas de fogo de carregar pela boca ou para limpeza de canos de armas.

Vento - "em arma de fogo é o espaço que medeia entre o projétil e a parede da alma ou diferença entre o adarme do cano e o diâmetro do projétil".

BIBLIOGRAFIA

Almeida, Fortunato (1985): "História de Portugal". Lisboa: Promoclube.

Bernardo, Luís Miguel (2013): "Cultura Científica em Portugal: Uma Perspetiva Histórica". Porto: U.Porto editorial

Blackmore, L. Howard (1964). "Firearms". Londres: Studio Vista Limited

Boxer, Charles Ralph (1975): "Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola, 1602-1686". Westport, Connecticut: Greenwood Press.

Cabral, Manuel Villaverde (1988): "Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914". Lisboa: Presença.

Código penal de 1852

Código penal de 1886

De Castro Oliveira, Célia Isabel (2013). "Biografias e Coleções: Um caso de estudo. A Coleção de Postais Ilustrados do Coronel José Marcelino Barreira" (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ferreira, Rui (2015). Coleção de Armas da Casa Museu Marta Ortigão Sampaio. Relatório de Estágio.

"Guias de Armas de Guerra - Revólveres" (s.d.).São Paulo: Nova Cultural.

Guillaume, Marc (2003): "A Política do Património". [S.l.]: Campo das Letras.

Haythornthwaite, Philip J. (2001): Napoleonic Infantry: Weapons and Warfare. London: Arms and Armour Press

Hartink, A. E. (2002). "Enciclopédia de Rifles e Carabinas". Lisboa: Livros e Livros

Hatcher, Julian S. and Barr, Al (1951). "Handloading". [S.l.] Hennage Lithograph Company.

Lei n.º 42/2006. DR 164 SÉRIE I de 2006-08-25

Marques, A. H. de Oliveira (1976): "História de Portugal: Desde os Tempos Mais Antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo". Lisboa: Palas

Medeiros Ferreira, José (2001): “ O Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX”. Lisboa: Editorial Estampa.

Michael Solka; Darko Pavlović (2004). *German Armies 1870-71 (1): Prussia*. Osprey Publishing.

Nobre, Eduardo (2004). “As armas e os barões”. [S.l.]: Quimera.

Pearce, S. M. (1994). “Interpreting objects and collections”. London: Routledge.

Pedrochi, Mara Angélica, Murguia, Eduardo Ismael (2007). “O devir de uma: a institucionalização do Museu “Eduardo André Matarazzo” de Armas, Veículos e Máquinas”. Em Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Salvador, Bahia, 28-31 de Outubro 2007

Peneda, Mário (1994). "Seminário de Património Móvel: Armas de Fogo da coleção Marciano Azuaga". Universidade Portucalense departamento de ciências históricas

Peterson, H. L. (1961). “A History of Firearms”. Nova York: Charles Scribner's Sons.

Peterson, H.L. (1966). “Las Armas de Fuego”. Barcelona: Punto Fijo.

Pomian, Krzysztof (1990). “Collectors and Curiosities”. Oxford: Polity.

Soriano, Simão José da Luz (1890): “História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal – Compreendendo a história diplomática, militar e política d’este reino desde 1777 até 1834: terceira ephocha, tomo VII”. Lisboa: Imprensa Nacional.

Telo, António José & Álvares, Mário (2004). *Armamento do Exército Português, Vol. I – Armamento Ligeiro*. Lisboa: Prefácio

V., Hogg; North, Anthony (1977). “The book of guns & gunsmiths”. Londres: New Burlington Books.

Walter, John (2006). “Rifles of the World”. Iola, Wisconsin: Krause Publications.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Badsey, Stephen (s.d.). "The Franco-Prussian War 1870-1871". Londres: Osprey Publishing

Barrento, António (2006). "Guerra Fantástica 1762". Lisboa: Tribuna da História.

Buehr, Walter (1967). "Firearms". EUA: Crowell

Chappell, M. (1999). "British Infantry Equipments (1) 1808-1908". Oxford: Osprey Publishing.

Choay, Françoise (2010). "Alegoria do Património". Lisboa: Edições 70.

Chuck Willis (2012). "The illustrated Encyclopedia of Weaponry: From Flint Axes to Automatic Weapons". EUA: Thunder Bay Press.

Coelho, Sérgio Alexandre Soldá da Silva Veludo (2009): "Os Arsenais de guerra de Lisboa e Porto 1800-1814". Porto: Fronteira do Caos.

Elgood, Robert (1995). "Firearms of the Islamic World: In the Tared Rajab Museum, Kuwait". London: I. B. Tauris

Ford, Roger (2006). "Weapon: A visual history of Arms and Armour". Nova York: DK Publishing

Greener, W.W. (2012). "The Gun and Its Development". New York: Skyhorse Publishing.

Held, Robert (1978). "The Age of Firearms: A Pictorial History". EUA: Bonanza.

Lawford, James (1973). "Wellington's Peninsular Army" Londres: Osprey Publishing

Martson, Daniel (2001). "The Seven Years War". Londres: Osprey Publishing

Menezes. Filipe Ribeiro (2010). "Salazar". Lisboa: Don Quixote.

Mollo, J. (1993). The American Civil War and After: 1860-1914. In Battledress. The Uniforms of the world's great armies: 1700 to the present. London: Artus Books.

Pomian, Krzysztof (1984). Coleção. In: F. Gil (ed. Portuguesa). Enciclopédia Einaudi: Memória e História, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

Tincey, John & Embleton, Gerry (1994). “The British Army 1660-1704”. Londres: Osprey Publishing

Seaton, Albert (1973). “The Army of the German Empire 1870-1888”. Londres: Osprey Publishing.

Solka, Michael (2004). “German Armies (1), Prussia”. Londres: Osprey Publishing.

Stone, George Cameron (1999). “A Glossary of the Construction, Decoration and Use of Arms and Armor: in All Countries and in All Times (Dover Military History, Weapons, Armor)”. New York: Dover Publications

WEBGRAFIA

Andrade, Ricardo M. (2016). “HISTÓRIA DAS ARMAS DE FOGO E SEUS SISTEMAS DE OPERAÇÃO: ARMAS DE PEDERNEIRA” [online] disponível em: <http://firearmsbrasil.com.br/historia-das-armas/historia-das-armas-fogo-armas-pederneira/>

Breiding, Dirk H. “The Decoration of Arms and Armor” Acedido em: 24/11/2017. Disponível em: https://www.metmuseum.org/toah/hd/decaa/hd_decaa.htm

Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Breves Notas para as Industrias Militares ao Tempo de Lippe”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/2907527/Breves_Notas_para_as_Ind%C3%BAstrias_Militares_ao_Tempo_de_Lippe

Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Notas sobre o Apoio Militar Britânico a Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/634065/Notas_sobre_o_Apoio_Militar_Brit%C3%A2nico_a_Portugal_na_Guerra_da_Sucess%C3%A3o_de_Espanha

Coelho, Sérgio Veludo (s.d.). “Tempestade Napoleónica”. [Versão Eletrónica]. Acedido em 10/11/2017, disponível em: http://www.academia.edu/3733376/Tempestade_Napoleónica

Hayward, J. F. (s.d.). “The Decoration of Firearms in the Sixteenth, Seventeenth Centuries”. Acedido em: 24/11/2017. Disponível em: http://americansocietyofarmscollectors.org/wp-content/uploads/2013/05/B029_Hayward.pdf

“Lista de Associações de Colecionadores de Armas Atualizada em 30 de ABR de 2017”. Acedido em: 24/11/2017. Disponível em: http://www.psp.pt/Lists/AE_Documentos/Attachments/52/Lista%20Ass.%20Colecionadores.pdf

Marques Pinto, Major General Renato Fernando. (2009). As Indústrias Militares e As Armas de Fogo Portáteis no Exército Português. Revista Militar. 2485. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=528.

Ministério da Administração Interna (2017). “Enquadramento Histórico”. Acedido em 5 de Junho de 2017, em <http://armas.mai.gov.info/fundamentacao/enquadramento-historico>

Moncívio, Sara (2012). “O colecionador Marciano de Azuaga na I Exposição-Bazar de Belas-Artes promovida pelo Centro Artístico Portuense, em 1881” [Versão Eletrónica]. Acedido em 15/06/2017, em: http://www.academia.edu/4434018/O_colecionador_Marciano_de_Azuaga_na_I_Exposicao-Bazar_de_Belas-Artes_promovida_pelo_Centro_Artistico_Portuense_em_1881

Universidade do Minho (2002). A evolução do armamento [online] disponível em: <http://www3.dsi.uminho.pt/academiamilitar/2002/Capitulo1/Capitulo1.htm>

NM